



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 12ª
(DÉCIMA SEGUNDA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 4 DE MARÇO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – O Expediente lido vai à publicação.

Há número regimental.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL (Bloco Democrático Trabalhista Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Bom dia a todos os presentes. Bom dia, Sr. Presidente desta sessão. Bom dia, galeria. Estamos aqui à disposição dos senhores, mas infelizmente a idade chega e não conseguimos ler a esta distância. Mas, independentemente do que esteja escrito nos cartazes, nós estamos aqui para ajudar porque vocês é que são donos do nosso mandato. Podem ter certeza disso.

Sr. Presidente, eu venho aqui hoje fazer um pedido ao senhor, à Sra. Presidente, ao Líder do bloco, ao Líder do Governo, para ver a situação em que o Distrito Federal se encontra. Deputado Chico Vigilante, eu já vi de tudo nessa vida. Mas eu nunca vi o poder público ir contra o povo, o poder público ir contra quem votou neles. Isso para mim é uma aberração política. Porque eu já vi até aberração jurídica, mas aberração política eu nunca vi.

Nesta cidade têm acontecido coisas que até Deus duvida. Até Deus duvida, Sr. Presidente! É um absurdo o que tem acontecido. Eu quero crer, porque eu conheço o Governador Rodrigo Rollemberg – ele diz que os amigos o chamam de Rodrigo, então eu o chamarei de Rodrigão para dizer que sou bem íntimo a ele... Eu tenho visto coisas que estão acontecendo no governo dele que não poderiam acontecer nunca num governo socialista, do PSB.

Tem administrador que está ficando louco, está ficando doido, jogou pedra na lua. Tem administrador, Deputado Lira, que entra no primeiro dia da administração e já diz que é candidato a Deputado Distrital. Quer dizer, está inviabilizando o próprio governo dele. Qual é o Deputado Distrital aqui que vai ajudar, Deputado Agaciel Maia, uma administração que tem um administrador que é candidato? Não vai. Eu, pelo menos, não vou. Pode ter certeza, porque em política não se pode deixar vácuo; se deixar, um bota o pé e o outro tira, o outro levanta. Não tem como.

Tem administrador, Deputada Luzia de Paula, que está dizendo que não é para falar o nome do Parlamentar que colocou a emenda lá, não. Quer dizer, eu tenho o direito à emenda, mas não tenho o direito de ter o meu nome na emenda Parlamentar que lá foi colocada. O que é isso? Não está querendo ajuda.

Por último, eu vi o que nunca tinha visto: uma administração ir à polícia registrar uma ocorrência contra aqueles que a colocaram no governo. Isso é o maior absurdo que eu já vi, Deputado Chico Leite. V.Exa. é um grande jurista e também um grande Deputado, não podemos negar. Eu garanto que nesse tempo todo de V.Exa. no Ministério Público, uma denúncia como essa, acredito que V.Exa. reverteria contra quem foi fazer a denúncia, ou queixa-crime, ou ocorrência. Se o Estado não se faz presente, nós cidadãos temos que fazer a nossa parte. Os cidadãos de Vicente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Pires não aguentam mais os buracos, e o nome já não é mais Vicente Pires, é buraco pires.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu quero informar a V.Exa., a título de esclarecimento – há muita gente assistindo –, que a administradora de Vicente Pires já foi exonerada. No que diz respeito aos buracos, há uma programação que está sendo definida pela Novacap para que comecem a tapar os buracos. A grande dificuldade é que estamos em período de chuvas e, assim como nos governos anteriores, é muito difícil tapar buracos quando há um palmo d'água acima da pista que se quer tapar. Então, é esse o esclarecimento que eu queria fazer, Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente desta sessão, coaduno-me com todas as suas palavras e peço que elas sejam incorporadas ao meu discurso. Em momento algum estou contrário ao Governo Rollemberg. Acho que ele não estava nem sabendo o que aquela administradora estava fazendo. Acredito que tem de tomar pé disso, começar a ver quem são os assessores, os secretários e os administradores também, porque isso é inadmissível.

Se acertar, foi todo mundo; mas se errar, é ele. Quando se está na posição de comando, quando acerta, é todo mundo; mas quando erra, é o comandante. Vejam aquele navio que afundou lá na Itália, o comandante pegou anos de cadeia. O comandante conduz, ele é o timoneiro do barco. Neste momento, o nosso grande Governador – eu sei que é um homem probo, sério – está mal assessorado. Eu falo isso em qualquer lugar. Não faz sentido, Deputado Chico Leite, uma administradora ir à polícia fazer uma ocorrência policial porque pessoas queriam fazer aquilo que o Estado deveria estar fazendo.

Sei que neste momento, realmente, é muito difícil tapar buracos. Eu não estou falando dos buracos, porque eles acontecem realmente. Seria leviandade da minha parte falar de buracos na cidade, sendo que na administração passada eles também existiam, assim como na anterior. Ou seja, desde que o mundo é mundo e que Brasília existe, buraco existe. Mas eu desafio qualquer um a me dizer que um administrador tenha ido à polícia fazer uma ocorrência porque o cidadão estava querendo colaborar com o governo.

Tanto é verdade que o Governador, ao tomar conhecimento, de imediato mandou exonerar, como nos foi informado. Nada mais justo. Eu acredito que ela nem deveria ter entrado, Deputado Prof. Reginaldo Veras, porque não teve capacidade de entender a situação precária do povo, mas o Governador teve sensibilidade. Ao saber do que estava acontecendo no buraco pires, para não dizer Vicente Pires – ou Sobradinho buraco, ou qualquer coisa buraco, pois os buracos estão em todos os lugares –, que exonere aquele que não está cantando na cartilha, ou seja, que não está do lado do povo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Deputado Agaciel Maia, eu quero deixar aqui o meu repúdio a essa ocorrência policial. Acredito que o administrador que entrar lá vá retirar essa ocorrência, porque o poder público não pode fazer uma ocorrência contra o cidadão que está querendo ajudar. Ocorrência é feita para bandido, e o cidadão não é bandido.

Quero parabenizar o Governador, na pessoa do Deputado Agaciel Maia, que traz a brilhante notícia de que a administradora já foi exonerada. Se não fez o que deveria ter feito, tem que sair. Está lá para fazer o gol; não fez o gol, meu amigo, está fora.

Quero ainda parabenizar o novo administrador. Eu não sei quem é, mas não vá fazer ocorrência contra o povo. Vá lá tirar a ocorrência que foi feita e tampe os buracos. Eu respeito muito o Vice-Governador Santana, sei que é um homem lutador, que deseja melhorar. Precisamos que retire essa ocorrência realizada contra o cidadão, que estava ali pedindo contribuição para poder minorar a situação que ele estava passando.

Então, conclamo aqui, neste momento, o Líder do Governo, que não está presente, e o meu amigo Deputado Agaciel Maia: peçam ao Governador que determine ao novo administrador que vai entrar que faça o que deve ser feito, indo à delegacia tirar aquela ocorrência contra o cidadão de bem. O cidadão de bem não pode ser massacrado por uma ocorrência policial como se bandido fosse, Deputado Prof. Reginaldo Veras, por estar querendo ajudar.

(Assume a Presidência a Deputada Liliane Roriz.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DR. MICHEL – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Deputado Dr. Michel, V.Exa. fez uma colocação de maneira brilhante, e não poderia ser diferente. Todos nós conhecemos V.Exa., um homem que tem uma luta histórica. Eu digo mais, Deputado Dr. Michel: essa administradora deu sorte. Se V.Exa. ainda fosse delegado, e fosse delegado lá, provavelmente ela é que ficaria presa.

DEPUTADO DR. MICHEL – Eu não quero nem falar do delegado que lá estava, mas eu, como delegado – V.Exa. me desculpe a deselegância –, eu não era um, eu era o delegado. Como delegado de polícia, eu não me prenderia a esses casos de menor importância simplesmente por capricho de quem não quer política em sua porta. Quem não quer política na sua porta, que a faça.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Deputado Dr. Michel, de qualquer maneira, eu quero apartear-lo apenas para dizer da dedicação, da fiscalização, que é uma função importante do Deputado Distrital, de cobrar ações do governo. V.Exa., nesse quesito, é dez. Quando vem tratar de assuntos inerentes à população de Vicente Pires, com preocupação, com respeito, isso revela o perfil desse Deputado que todos nós



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

reconhecemos... e admiramos esse belo trabalho que V.Exa. faz, Deputado Dr. Michel.

O governo está a par dessa situação e vai tomar as providências. Ainda está tomando pé de todas as situações – muitas greves, muitos problemas com servidor público e salários –, mas quando o governo conseguir organizá-las, essas coisas vão fluir mais naturalmente. O Governador Rodrigo Rollemberg é bem intencionado, um homem sério, todos nós o conhecemos. S.Exa. tem muita disposição para o trabalho. Eu acredito que quem trabalha vence.

Portanto, estou confiante de que, em breve, todos esses problemas, seja de salário de servidor, seja de infraestrutura, como esses buracos, serão resolvidos.

DEPUTADO DR. MICHEL – Agradeço o aparte de V.Exa. e quero dizer que eu também acredito, até porque Brasília não aguenta mais viver a bagaceira que viveu esses últimos anos. Conheço o Governador Rodrigo Rollemberg, sei das boas intenções dele, sei que quer fazer um governo voltado para o povo, mas algumas situações dentro do próprio governo estão remando contra. Vejam: como pode um administrador, secretário, entrar e já dizer que é candidato a Deputado Distrital? Ele não quer que os candidatos daqui ajudem no governo. Ninguém vai abrir espaço para quem quer espaço, não é assim que a coisa funciona.

Outra coisa: emenda parlamentar, V.Exa. conhece muito melhor do que eu. Emenda parlamentar é dinheiro do próprio governo que nós temos aqui na Câmara Legislativa para levar às comunidades. Chega lá e não pode dizer o nome do Parlamentar que indicou a emenda? O pessoal está tergiversando completamente a função que tem, falando contrariamente ao que o Governador tem dito. Ele tem que olhar isso.

Eu quero contribuir. Não estou aqui ainda para querer massacrar, acabar com o governo, não! Eu estou trazendo o que vejo na rua. Eu ando igual filho de cego, andando para tudo quanto é lado, pedindo favor aos outros. Eu vi essa situação não só pela televisão, mas fui *in loco* ver o pessoal que estava tapando os buracos. É falácia aquela história de que tiraram 1200 metros de asfalto. É mentira, e eu desafio qualquer um que disser que estavam tirando 1200 metros para nós irmos ao local e vermos.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DR. MICHEL – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Deputado Dr. Michel, muito obrigado pela concessão do aparte. Quero, na realidade, primeiro parabenizar V.Exa., que sempre apresenta à Casa algumas questões contundentes. Nós estamos vendo que V.Exa. relatou uma questão muito grave: primeiro, de campanha antecipada; segundo, de algumas pessoas que detêm a máquina pública,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Deputado Chico Leite, para se beneficiar e para fazer campanha política. Isso é um absurdo. Nós não podemos aceitar isso.

Eu denuncio isso aqui muito bem e quero dizer uma coisa: o administrador de Vicente Pires precisava estar preocupado em regularizar aquela área. O governo passado deu um grande passo, já que articulou a doação daquela área, que era da União, para o Distrito Federal, para começar a regularização de Vicente Pires, que sofre, Deputado Dr. Michel, com a falta de aparelhos públicos.

Acredito que, como V.Exa. falou, o administrador não pode ir contra o povo. Um administrador que é favorável ao povo, em vez de mandar prender quem estava tapando buraco, deveria estar junto deles tapando buraco, colocando as máquinas da administração para fazer a mesma coisa, indo atrás da Novacap para pegar cascalho, o que for. Ou seja, se existe uma mobilização da sociedade para se fazer algo, um administrador que é a favor do povo tem que estar lá, junto, pintando escola, pintando centro de saúde. No caso específico de Vicente Pires, tapando os buracos que ali estão, e não mandando prender aqueles que estão lutando para melhorar a sua qualidade de vida.

Obrigado pelo aparte de V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL – Eu agradeço V.Exa.

Quero, só para encerrar, Sra. Presidente, dizer– viu, Deputado Rodrigo Delmasso –, que no momento em que o povo se une para fazer algo, pois está sofrendo por não ter o Estado presente, V.Exa. falou muito bem, a administradora deveria estar lá. Para mandar, tem que saber fazer, e eu estou falando do que eu conheço, porque eu já fui administrador, já fui chefe de gabinete de administração. Por mais que o povo estivesse até mesmo errado naquele momento – mas diante da situação em que se encontrava –, eu acredito que a administradora deveria estar junto.

Sra. Presidente, muito obrigado pela permissão de eu falar.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar aqui a presença dos moradores da Ceilândia. São pessoas do P Sul, pessoas ali do Sol Nascente, pessoas que estavam naquela comunidade chamada Nova Jerusalém. A gente, olhando aqui na galeria, Deputada Liliane RORIZ, não vê ninguém com cara de grileiro. (Palmas.) Entretanto, estão todos desesperados porque perderam seus barracos, seus móveis, tudo.

Eu pergunto: cadê a eficiência do governo para prender os grileiros, para colocá-los na cadeia para não continuar iludindo as pessoas? E cadê a competência do governo para dar continuidade a um programa habitacional que dê esperança às



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

pessoas de receberem a habitação? A verdade é que aluguel, Deputada Luzia de Paula – eu moro na Ceilândia desde 1977 –, ficou muito caro. Se, naquele tempo, para quem tinha filho já era difícil alugar barraco, imagine agora.

Eu morava lá num barraco. Eu sempre conto a história de uma senhora – porque tem muita gente que mora no Plano e não sabe da realidade das satélites – que ficou tão desesperada porque ela caçava um barraco para alugar e ninguém alugava – toda vez que ela chegava e dizia que tinha filho, não alugavam –, que ela chegou e falou: não tenho filho. Pagou logo dois meses adiantado. De noite, ela se mudou. De manhã cedo, estavam seis crianças correndo lá dentro do lote. E a dona do barraco falou: “Ué, mas a senhora disse que não tinha filho.” E ela falou: “Se eu dissesse que tinha filho, a senhora não o tinha alugado. Portanto, eu os trouxe escondidos dentro do guarda-roupa e estou morando.”

Fica a minha solidariedade a vocês porque eu sei – sou morador daquela cidade desde 1977 –, da realidade dura ali. Tudo ali foi conquistado pela força e determinação de um povo. Eu me lembro da primeira marcha que fizemos por habitação, aquela saindo da Igreja São Francisco e indo até a expansão, que hoje é a expansão do Setor O. Ainda era o Governo Aparecido. Lembro-me daquela marcha da qual participei. Portanto, a minha solidariedade a vocês.

Eu quero voltar aqui ao assunto que tenho sustentado dessa tribuna constantemente, Deputado Chico Leite, V.Exa. que é promotor de justiça. Estou falando da inoportunidade de o Ministério Público ter questionado as leis que deram aumento aos servidores. Na verdade, o Ministério Público levou dois anos para entrar. Só dois anos depois, descobriu que havia inconstitucionalidade, mas entrou, na verdade, em função do clamor de um governo que não quer honrar suas responsabilidades. A vantagem, Deputado Agaciel Maia, é que a maioria dos Deputados que votaram as leis salariais estão aqui, eram Base do Governo Agnelo e agora são Base do Governo Rollemberg. Portanto, é papel também dos Deputados que eram Base do Governo Agnelo e agora são Base do Governo Rollemberg dizer que está errada essa história de não querer pagar os servidores.

Nós, graças ao Deputado Agaciel Maia, que colocou isso, aprovamos aqui, e foi uma proposição de V.Exa., e todo mundo acatou, uma autorização para o governo movimentar 100% do orçamento para pagamento de pessoal. Não foi isso? Cem por cento. Aí é uma questão de prioridade. É saber se quer pagar os servidores ou não.

Não venha me dizer que aqui tem marajá, que aqui estão os maiores salários. Se isso ocorre, é porque Brasília tem o maior custo de vida do País também. Aqui tem o aluguel mais caro, tem a alimentação mais cara, o investimento é mais caro. Aqui a gasolina é 40% mais cara do que a de alguns estados. Portanto, o salário é razoável porque o custo de vida é alto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Eu desconfio muito de um governo que entra com o objetivo só de perseguir servidores, de criar uma celeuma, criar uma cortina de fumaça para tirar o direito dos trabalhadores, o que ensejou, Deputado Chico Leite, o Ministério Público a fazer o que fez. É o que me disse o Procurador Leonardo Bessa: o problema agora é do Judiciário e do Executivo. O Executivo que tenha a capacidade de botar a sua Procuradoria para falar a verdade. Nós não queremos favor, apenas que os procuradores do GDF falem a verdade sobre a questão do reajuste.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Na verdade, nós fizemos todo esse trabalho de flexibilizar para que o governo pudesse fazer os ajustes necessários. Inclusive, até usar custeio que não foi utilizado para fechar a folha de pagamento. Por economia mesmo, a economia do custeio da máquina foi utilizada algumas vezes. Eu, como Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, às vezes, fui relator dessas matérias e entendi exatamente isso. A gente tinha como fazer economia, e o maior investimento que se faz é nas pessoas. O maior investimento que a pessoa pode fazer é no ser humano, é valorizá-lo, treiná-lo, treinar o servidor, colocá-lo para fazer curso de aprendizagem, de reciclagem. O servidor público precisa ser valorizado.

A grande celeuma que acontece agora é porque existem muitas informações. Primeiro, é necessário se dizer que não foi o Governador que entrou com essa ação. Nós tivemos uma reunião com o Governador, e S.Exa. estava querendo exatamente ler o parecer da Procuradoria para entender quais eram os argumentos que foram apresentados. É lógico que isso agora está com o Desembargador Humberto Ulhôa, e é necessário os sindicatos e os órgãos, principalmente a Câmara, que aprovou essas leis para dar aumento aos servidores públicos, irem lá com seus corpos jurídicos e explicarem essa diferença que existe entre o orçamento e a parte financeira. Quando se aprova um orçamento, diz-se assim: a lei orçamentária fixa as despesas – as despesas têm que ser fixadas, você tem que dizer para que vai gastar e quanto – e estima a receita. Então, a receita é uma expectativa de que você vai arrecadar, baseada em dados históricos.

O que está se vendo e o que está assustando o governo é que está havendo uma grande frustração da receita, não só em nível de Brasília, mas em nível de Brasil, pois achavam que iam arrecadar o mesmo que no ano passado. Se achavam que iam arrecadar 100, vão arrecadar 70, 60.

Então, a tese de proibir, de considerar inconstitucional as leis que nós aprovamos aqui na Câmara está equivocada. Tem que se discutir onde vai se achar o dinheiro para se poder pagar aos servidores. Não é a questão de discutir a legalidade da lei. É dizer: olha, nós achávamos que íamos arrecadar 100, mas só vamos arrecadar 60. Então, de onde vamos tirar os 40? Vamos usar a cabeça? Vamos usar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

a inteligência? Chama o pessoal, vamos ser criativos, vamos buscar a solução para o problema.

Nós, Deputados que defendemos – eu, V.Exa. –, às vezes dizem que somos Deputados da Base do Governo. Não, somos Deputados da base do povo, dos servidores, dos taxistas, do pessoal do P Norte. Nós somos Deputados da Base para ajudar o povo.

Deputado Chico Vigilante, V.Exa. tem razão em muitas coisas, mas não podemos considerar que essa ação que questiona a legalidade de algumas leis – que foram aprovadas pela Câmara, que eu considero legais e defendo – seja de iniciativa do Governador, porque, desta forma, está se colocando uma pecha, uma iniciativa que, na realidade, não foi de S.Exa. É isso que eu queria esclarecer a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Deputado Agaciel Maia, só tem um problema: é que, se o Governador, juntamente com alguns meios de comunicação... É bom que se diga que são alguns, porque boa parte... Inclusive, eu quero louvar a atitude do jornal *Correio Braziliense*, que tem ouvido os dois lados, demonstrando que é um jornal que não está só de um lado, é um jornal que publica o que tem que ser publicado.

Na verdade, essa ação do Ministério Público foi em função do que o Governador fez: sustentou que Brasília estava no caos, que não tinha como pagar ninguém. Deu nisso! Se o Governador tivesse ficado calado, Deputado Ricardo Vale, duvido que o Ministério Público tivesse questionado, porque não havia motivo para o questionamento. Eles não questionaram antes.

Só que há uma coisa muito importante: o governo disse que ia haver frustração de receita, mas não houve, Deputado Agaciel Maia. Hoje mesmo, o *Correio Braziliense* publica, na coluna da Ana Maria Braga, esta nota, que é verdadeira: a arrecadação no mês de fevereiro aumentou 20% em relação a fevereiro de 2014. Isso é importantíssimo! Enquanto o Brasil diminui a arrecadação, o Distrito Federal aumenta. V.Exa. sabe das medidas que tomamos para combater a sonegação e aumentar a receita no Distrito Federal. Portanto, aumentou 20%. O ano passado, enquanto o Brasil diminuiu, Brasília aumentou em 11%, em termos nominais, e em 7%, em termos reais.

Portanto, o dinheiro existe. Eu tenho sustentado isso o tempo todo, e V.Exa. sabe que existe.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, qual é a situação, o quadro atual? Todos nós Deputados sabemos que existia sempre uma pedalada, a chamada pedalada, que era utilizar o mês de janeiro



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

para pagar a folha de dezembro. Isso é verdade. Todos nós sabemos que existia a pedalada de um mês.

No ano passado, já foi uma pedalada maior. Neste ano, a estimativa – a não ser que os dados que estão sendo apresentados não sejam verdadeiros – era que ficaríamos de três a quatro meses descobertos, considerando a elevação da folha de pagamento dos servidores.

Ora, qual é a situação do Governador Rollemberg, pelo quadro que eu vejo, Deputado Chico Leite? V.Exa. é um especialista nisso. Se o Tribunal de Justiça disser que a lei é constitucional, o Governador então vai ter que se virar para procurar o dinheiro para pagar. Se chegar ao final do ano e, por acaso, faltar dinheiro – torcemos para que não falte –, S.Exa. terá o respaldo da decisão judicial para não entrar na Lei de Improbidade Administrativa. Vejamos qual é a situação do governo colocando-nos no lugar dele. Se o tribunal não concluir ou disser que a lei é inconstitucional e o Governador pagar, S.Exa. vai entrar na Lei de Responsabilidade Fiscal, vai ser responsabilizado. O melhor do universo é o tribunal dizer que as leis são constitucionais. Neste caso, S.Exa. vai ter que se virar. E, se não tiver o dinheiro, Deputado Chico Leite, S.Exa. vai dizer: “Eu não posso ser incluído na Lei de Improbidade Administrativa, porque eu estou respaldado por uma decisão judicial.” Agora, se S.Exa. não tiver essa decisão, aí estará em maus lençóis. Deputado Chico Vigilante, V.Exa. é um homem experiente e sabe disso.

Então, ninguém mais do que todos nós quer resolver essa situação. É justo, e todos nós Deputados que estivemos presentes lá assinamos que nós vamos defender. É necessário dizer que, por sua aridez, a matéria orçamentária – o Deputado Rodrigo Delmasso sabe muito bem disso – é muito difícil. Quantas vezes fomos lá explicar para o magistrado que orçamento é diferente de financeiro. O corpo técnico precisa traduzir isso. A defesa da Câmara precisa dizer isto: nós estimamos receitas e fixamos despesas. Precisa, porque, se o magistrado entender essa diferença, ele vai dizer: “Sim, essas leis são constitucionais. Existem 16 bilhões de dívida ativa. Você, governo, vá atrás de receber esse dinheiro. V.Exa. crie mecanismos para evitar sonegação, use a inteligência, traga a industrialização para Brasília, para gerar emprego. Gerando emprego, gera renda. Gerando renda, gera impostos.”

Então, que o governo procure os recursos que estão aí ao alcance de todos. Mas ele precisa ter respaldo, porque, se o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios não respaldar o governo, será muito difícil o Governador entrar nisso, senão S.Exa. vai responder à Lei de Improbidade Administrativa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Pelo que V.Exa. acaba de me falar, Deputado Agaciel Maia, na verdade, S.Exa. não pediu, mas agradecerá se sair. Ficará muito bom para S.Exa. se sair.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Quero inclusive dizer que eu tenho muita crítica ao Governo Rollemberg, mas, pelo menos, uma coisa boa aconteceu, que é V.Exa. ser o líder informal. Acho bacana isso aqui, importante para nós.

Para concluir, para não ficarmos nós dois dialogando aqui, porque há mais Deputados, eu quero dizer o seguinte: o problema do Governo Rollemberg, Deputado Agaciel Maia, é que é um governo socialista com bico tucano. É só verificarmos o que o PSDB fez no Paraná e em Tocantins. E essa visão tucana do Governo Rollemberg aqui vai levar ele para o buraco. Deus o livre se o tribunal disser que essas leis são inconstitucionais, Deputado. O Deputado Juarezão é da saúde. Se o Deputado Juarezão estivesse num hospital, o tribunal dissesse agora que a lei é inconstitucional e S.Exa. voltasse a ganhar o que ganhava dois anos atrás, ele iria fazer greve sem nem o sindicato chamar. Ia sem nem o sindicato chamar. E, se for inconstitucional, se for ilegal, ainda vão ter que devolver o que receberam. Como era legal um pedaço e não era legal o outro?

Deputada Liliane Roriz, V.Exa. sabe do que eu vou falar. Eu era Presidente da CUT... E, é bom que se diga, em todo processo de negociação da CUT, eu participava com o vosso pai, o Governador Roriz. E quando o negócio apertava mesmo, ele dizia: "Chico, eu vou vender um lote da Terracap para pagar esse povo." Eu sabia que os lotes não davam para pagar, mas ele dizia e a gente acreditava. Ele pagava e continuava recebendo. Ele fazia assim!

O Arruda, quando entrou, encontrou a mesma situação. E o que ele fez? Foi encontrar mecanismos para pagar. Com o Cristovam, foi a mesma coisa. Com o Agnelo, V.Exa. sabe, porque já estava aqui e era presidente da comissão, que a situação financeira assumida era pior que essa. Mas ele, em nenhum momento, quis tirar direito de servidor.

Portanto, o que quero, Deputado Agaciel Maia, é que todos nós, independentemente de partido... Ainda bem que temos aqui um bispo para orar bastante por todos nós, que é o Deputado Bispo Renato Andrade. Porque só muita reza para salvar Brasília, muita oração.

O que precisamos, Deputada Liliane Roriz –sei que V.Exa. está ombreada conosco –, é defender o interesse dos trabalhadores, para que esta cidade não vire um caos.

E dá para pagar, pode ter certeza absoluta disso, porque não foi praticada nenhuma irresponsabilidade. V.Exa. era Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, e todas essas leis passaram por lá. V.Exa. fez cálculos, exigiu que viessem as informações, e aprovamos por causa disso. Ninguém fez nada aqui de maneira irresponsável.

Cabe agora o Sr. Rodrigo Rollemberg determinar à Procuradoria do Distrito Federal que faça a defesa da legalidade. Tenho certeza de que, dos dezessete desembargadores, a maioria vai dizer que as leis são constitucionais, e vamos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

devolver a tranquilidade a esta cidade, que hoje está aterrorizada com essa possibilidade de os servidores não receberem.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Registro a presença do Dr. Paulo Fernando, Diretor da Funap, que faz hoje uma visita à nossa Casa. Seja bem-vindo!

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco Força do Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, é bom ter o Deputado Chico Vigilante como Deputado, estando em plenário. Não é, Deputado Prof. Israel? S.Exa. é uma pessoa extremamente experiente, astuta, um Deputado brilhante!

O que me cabe responder é apenas o que diz respeito às informações jurídicas combinadas com as orçamentárias. E ninguém mais do que eu, que sou servidor público – estou Deputado, mas sou servidor –, torce por uma solução, Deputada Luzia de Paula, para que possamos resolver a situação.

Fiz uma defesa, no dia da votação, de utilização do dinheiro dos fundos, os 140 milhões. Votamos em uma sexta-feira à noite! Foi a primeira vez que se votou aqui em uma sexta-feira à noite, para se resolver a situação dos professores. Juntamos dinheiro de vários fundos – os 140 milhões –, para que o governo pudesse pagar os servidores.

Eu gostaria que o Refiz tivesse sido votado. O Refiz, que foi, Deputado Chico Vigilante, usado com inteligência, algumas vezes, pelo Governador Agnelo. O Refiz é uma coisa boa. Ele dá um desconto, de 50% até 99%, não só para quem está na dívida ativa, mas para quem está devendo, inclusive, desde 31 de dezembro do ano passado. Se você tem uma dívida de IPVA ou de IPTU, o governo lhe oferece desconto independentemente de você estar inscrito na dívida ativa. Quer dizer, se você deixou de pagar alguma coisa, seja de IPVA... Então, é um projeto para a população. Não é um projeto de governo. O governo vai arrecadar. É o principal projeto de Refiz que já foi feito, economicamente, até hoje. Ele conseguiu trazer essas inovações.

Se V.Exa., Deputado Prof. Israel, ou alguém tiver uma dívida de dezembro, pode ir lá e fazer a quitação de acordo com o desconto. Se for à vista, chega até a 100%. Se for parcelado, o percentual vai diminuindo para 90%, 85%, 75%. É um projeto, Deputado Chico Vigilante, Deputado Rafael Prudente e Deputado Ricardo Vale, de interesse da população.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, V.Exa. tem razão. Agora, queremos fazer uma análise profunda na questão do Refiz, porque queremos separar e beneficiar as pessoas que não pagaram por absoluta necessidade – gente que tem uma casinha e não pagou porque não dava conta de pagar – de sonegadores costumeiros.

Sei que há empresas no Distrito Federal que devem cem milhões de reais de IPTU e outros impostos. Para esses, não podemos dar o desconto que está sendo dado. Portanto, vamos fazer uma análise profunda.

A Deputada Celina Leão falou comigo hoje, pela manhã. Estamos pegando a cópia do projeto, vamos analisá-lo, fazer as nossas críticas – inclusive, por intermédio do nosso Deputado Wasny de Roure, na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças –, e queremos votá-lo na terça-feira. Mas isso, desde que o governo apresente antes a defesa que vai fazer da legalidade dos reajustes.

A procuradoria tem que se debruçar sobre o projeto – não é, Deputado Dr. Michel? – até segunda-feira, apresentar a defesa, para saber se há substância mesmo, e, assim, possamos votar o Refiz.

Acho que, com o outro projeto – aquele que fizemos aqui, do qual V.Exa. fez uma defesa brilhante na época, e que o governo atual errou ao combater –, já poderíamos estar arrecadando se não tivessem feito a besteira que fizeram: incentivar a entrada na Justiça, que fez cair a lei que aprovamos. Já poderiam ter sido feitos os leilões e tudo e poderíamos estar recebendo o dinheiro.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte do Deputado Chico Vigilante e o incorporo ao meu pronunciamento.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Deputado Agaciel Maia, eu queria registrar que fiz uma emenda ao Refiz/DF que inclui os profissionais liberais, como os dentistas, os médicos, os advogados. Que eles também sejam beneficiários desses descontos do ISS! Acho importante isso, porque temos de entender que eles também têm esses problemas no seu dia a dia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte de V.Exa. Quero dizer que é inteligente e justa essa emenda.

Estou defendendo a aprovação do Refiz, porque sei que às vezes você está andando em um carro cujo IPVA do ano anterior não foi pago por falta de dinheiro, Deputado Chico Vigilante. E, a qualquer hora, você pode passar por uma barreira, ter o seu carro recolhido e, para tirá-lo do depósito, vai ver o que é sacrifício, tanto financeiro, quanto burocrático. O cara bota você para um lado e para o outro; você tem que pagar taxa, ir não sei aonde...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Esse Refiz é um projeto que aperfeiçoa. Os procedimentos de dívidas decorrentes de sonegação, de crime, não impedem que os processos penais continuem. Então, criaram-se duas ou três inovações – o PT tem uma equipe excelente aqui, inclusive com o Deputado Wasny de Roure, que é economista e pode analisar e aperfeiçoar isso, a exemplo da Deputada Liliane Roriz – muito importantes.

Inclusive, está se prevendo um grande mutirão, Deputado Ricardo Vale, mais para frente, por meio do qual você poderá ir ao Mané Garrincha, onde estarão todas as secretarias, e saber, pelo nome – Fulano de Tal –, o que é devido. O cara mostra a tabela e diz: “Se você quiser pagar agora, tem um desconto de tantos por cento. Se você quiser pagar em seis meses, baixa para 80%, para 60%...”

É uma oportunidade principalmente porque todos os Refiz eram condicionados à inscrição já das pessoas na dívida ativa. Nesse, não, Deputado Dr. Michel. Se você deixou de pagar uma prestação em dezembro do ano passado, até 31 de dezembro, pode pagar agora. s/Célia

Revisora: Jaqueline

pode pagar agora. Então é uma agenda positiva, é uma coisa boa para a população. Portanto, eu vim hoje defender que votemos o quanto antes esse projeto porque ele beneficia a população.

Muito obrigado, Deputada.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, faço, no meu discurso hoje, uma reflexão do que nós estamos vivendo recentemente no Distrito Federal.

Os governos são agentes provocadores de esperança. Eles são reflexo de uma expressão política, de um coletivo de cidadãos, e o governo é a representação das vontades individuais harmonizadas que dão significado à vida. Um governo surge como maneira prática de um coletivo de realizar as esperanças dos seus representados.

Temos, no Distrito Federal, uma das maiores desigualdades sociais do Brasil. Segundo dados da CODEPLAN — Companhia de Planejamento do Distrito Federal, o Distrito Federal lidera o *ranking* nacional de desigualdade social com um índice de 0,8 e um crescimento de 13,3% em 30 anos. A variável de renda é o que mais distancia a Capital do resto do Brasil, que atingiu IDH — Índice de Desenvolvimento Humano de 0.7, mas garantiu um crescimento mais bem distribuído de 14,02%.

O problema é que a desigualdade social no Distrito Federal anda junto com a renda crescente. Ou seja, a cidade é a mais rica, mas esse dinheiro está na mão de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

um grupo muito pequeno. A Renda *per capita* média dos 20% mais pobres era de R\$ 105,70 (cento e cinco reais e setenta centavos) em 1991 e hoje cresceu para R\$ 190,50 (cento e noventa reais e cinquenta centavos) aqui no Distrito Federal.

Quero citar também o déficit habitacional, que, no Brasil caiu 6,2% entre 2007 e 2012, segundo o IPEA — Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. O número de novas habitações necessárias para abrigar a população que mora de maneira precária caiu de 5,59 milhões, para 5,24 milhões. No Distrito Federal, aconteceu o contrário do que foi observado pelo índice nacional: houve um aumento do déficit habitacional. Em 2007, 96 mil domicílios eram necessários para acabar com o problema habitacional do Distrito Federal. Já em 2012, esse número saltou para 116 mil novas residências. É a maior proporção entre as regiões metropolitanas pesquisadas quanto ao déficit na localidade aqui do Distrito Federal.

O direito à moradia é um direito constitucional e, como vemos, está sendo desrespeitado aqui no Distrito Federal. Acredito que qualquer tipo de derrubada deve ser precedida de remoção daqueles que estão de boa-fé, que devem ser colocados em lugares de condições humanas e não ser tratados como bandidos.

Deputado Dr. Michel, nós sabemos que existem, no meio daqueles que são de boa-fé, aqueles que usam da boa-fé das pessoas com a má-fé, que são os grileiros. Estes, sim, têm que ir para a cadeira. Agora, nós não podemos tratar o cidadão de bem, Deputado Dr. Michel, que tem o sonho de ter sua casa, que tem o sonho de colocar sua família debaixo da casa, Deputado Lira, e ter um lugar para dizer que é seu. Nós não podemos tratar esse povo como bandido.

É óbvio que ninguém aqui vai defender a ilegalidade, mas, se existe a ilegalidade, é porque o Estado, em algum momento, foi leniente por não ter fiscalizado e não ter aplicado uma política habitacional efetiva para acabar com o déficit habitacional.

Não podemos tratar o povo como bandido, como eu disse. O que essas pessoas querem é um lugar digno para morar. O Estado não oferece e fica surdo a essas vozes, que, muitas vezes, encontram nesta Casa, Deputada Liliane Roriz, a única forma de esperança. Quero pedir que o governo abra os ouvidos a esta Casa e que não trate esse povo como bandido, mas que os coloque, sim, em lugares dignos para que eles possam morar para que aquilo que lhes é de direito, aquilo que eles têm colocado, aquilo que a Constituição lhes garante venha a ser executado.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Deputado Rodrigo Delmasso.

Quero só receber aqui na Câmara Legislativa os moradores lá do Pôr do Sol, onde foi feita a derrubada, e dizer, Deputado Rodrigo Delmasso, que também somos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

favoráveis, sim, a que sejam feitas remoções, e jamais da maneira como está sendo feito no Pôr do Sol. Lá não havia sequer alguém da Sedest para fazer o acompanhamento. Os moradores foram colocados para fora e crianças, crianças, choravam de fome e medo dos tratores. E, mais ainda - não sei se V.Exa. teve oportunidade de ver, Deputado Rodrigo -, os moradores estão dormindo ao relento.

Então, se há grileiros, e a nossa polícia é uma das melhores do Brasil, que essas pessoas que venderam sonhos sejam colocadas na cadeia, mas que essas pessoas que não têm onde morar, não têm onde dormir, sejam bem tratadas no mínimo pelo governo, que sejam colocadas no cadastro dos programas habitacionais. Ontem à noite, V.Exa. sabe, eles não tinham sequer o que comer. Tivemos que lhes levar alguma ajuda para que pudessem se alimentar. O papel do governo é assistir bem essas pessoas. Não pode acontecer no Distrito Federal desse modo. Se há grileiro, o mandemos para a cadeia. Se as pessoas são maltratadas, se lhes foi vendida a ilusão de um sonho em que acreditavam, que agora o governo possa encaminhá-las aos programas habitacionais e sejam bem tratadas.

Então, fica aqui a minha solidariedade a essas famílias. Ali não há grileiros, ali há pessoas que acreditaram em um sonho, e infelizmente o sonho veio abaixo pelas máquinas do Governo do Distrito Federal. E eu tentei, eu tentei o diálogo algumas vezes, mas infelizmente não fui ouvido. Tentamos, V.Exa., o Deputado Raimundo Ribeiro, a Deputada Celina Leão, mas infelizmente não tivemos o nosso anseio: que se removessem, no mínimo, essas pessoas para um lugar digno. Hoje estão ao relento, algumas no ginásio lá de Ceilândia. Aí falam que eram 5%, que os outros eram grileiros, eram pessoas que estavam vendendo essa ilusão. Ótimo. Se assim for, peço aqui ao nosso querido Governador Rodrigo Rollemberg, pessoa que admiro e respeito, que mande a polícia atrás dessas pessoas que venderam esse falso sonho e as mande para a cadeia. Quanto a esses, mande-os para algum sistema habitacional do governo, porque eles merecem. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Todo mundo sabe que tenho um histórico na minha família de não abandonar. Meu pai sempre fez desta cidade uma cidade diferente, e a gente nunca viu uma crueldade dessa, a não ser na Estrutural, onde sangue foi derramado.

Então, essas pessoas que estão aqui não são bandidas, Deputado Dr. Michel, não são bandidas. Há famílias aqui, mães, pais, avós, avôs, que estão sofrendo muito. Eu acompanhei muito a questão da reforma urbana que meu pai fez, muito embora de longe, não dentro do governo, e não vi as atitudes que foram tomadas esses dias. Brasília é muito grande, tem espaço para todo mundo. É lógico, e a gente muito bem sabe que esses grileiros têm que ser banidos da nossa cidade, expulsos da nossa cidade. Acredito que eles fazem essa situação que há no Pôr do Sol hoje.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Quanto a essas pessoas que estão aqui, Deputado Dr. Michel, que é um defensor das pessoas desprotegidas, esta Casa tem a obrigação de lhes levar tranquilidade. É a nossa obrigação, Deputado Rodrigo Delmasso, fazer com que esta Casa receba essas pessoas de braços abertos. Nós não podemos ser omissos, Deputado Bispo Renato Andrade, em relação à situação em que essas pessoas se encontram. Como ele disse, as pessoas estão ao relento sem ter o que comer, sem ter o que vestir, sofrendo como estão.

Então, defendo vocês, sim, para que tenham um lugar para morar, para que tenham dignidade. (Palmas.)

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Agradeço o aparte de V.Exa., Deputada Liliane Roriz, e o incorporo ao meu discurso.

DEPUTADO DR. MICHEL – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Deputado Rodrigo Delmasso, eu não poderia pensar diferente de um Deputado da sua envergadura. Apesar de ser novo no Parlamento, V.Exa. tem mostrado muita eficiência e proficiência neste mandato, trazendo uma questão como essa à baila.

Eu quero parabenizar a Presidente desta Casa, pois, mesmo sendo da base do governo, não deixa as coisas passarem como se, por ser Base, deixasse de falar de algo que está errado. Portanto, eu quero parabenizar V.Exa., Sra. Presidente.

Eu acredito muito, também, no Líder desta Casa, Deputado Raimundo Ribeiro, que sabemos que, apesar de ser Líder do Governo, não gosta de injustiça. E acredito mais ainda, Deputado Rodrigo Delmasso, no Governador Rodrigo Rollemberg, porque imagino que S.Exa. não deva estar muito a par do que está ocorrendo quanto a essa situação. Como eu disse, S.Exa. não deveria estar sabendo o que estava a ocorrer em Vicente Pires e acredito que não saiba o que está ocorrendo na Nova Jerusalém, porque...

(Manifestações e apupos na galeria.)

DEPUTADO DR. MICHEL – Mas a vaia é para mim? A vaia tem que ser para ele. Quem derrubou foi ele, não fui eu. Eu estou do lado de vocês! Quer dizer que eu mereço vaia porque estou do lado de vocês? Brincadeira! Vocês não deixaram nem eu molhar o bico! Eu vou chegar nele! Estou do lado de vocês! Vocês não entenderam nada! (Palmas.) Mas dizem que os que são vaiados hoje serão aplaudidos depois. Eu agradeço pelas palmas. Estou do lado de vocês.

Continuando o que estava a dizer, se S.Exa. não sabe, que procure saber, e, se sabe, que tome providências para que essas pessoas necessitadas não fiquem ao relento como estão. Não podemos mais conviver, numa democracia, com situações como essa que as pessoas estão sofrendo lá.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Nós temos uma polícia civil das mais eficientes do Brasil. Ela tem condições, sim, de separar o joio do trigo, de saber quem são os necessitados, separar aqueles que precisam dos grileiros de terra. (Palmas.)

Então, eu quero conclamar aqui ao Líder do Governo que leve essa fala ao Governador, que coloque em campo a DEMA – Delegacia do Meio Ambiente, que cuida desses grileiros, para fazer a investigação, tirar os grileiros e arrumar a situação para esses que necessitam, fazendo com que eles tenham uma coisa que mais se faz necessária na vida: um teto para morar. (Palmas.)

Eu quero que vocês saibam que foram vocês que me colocaram aqui como Parlamentar, como eu disse no início. E aqui é o local onde vocês têm que cobrar e onde vão ter a resposta.

Quero conclamar os Deputados para que obstruamos a pauta até que esse povo seja recebido pelo Governador.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Agradeço o aparte do Deputado Dr. Michel.

Só para concluir, Sra. Presidente, eu gostaria de fazer um desafio aos gestores do governo, Deputado Rafael Prudente, para que cumpram aquilo que um ex-Governador que conheço, André Franco Montoro, disse no Congresso Nacional, quando foi deputado federal: qualquer governante tem que deixar as benesses do poder, Deputado Prof. Israel, e escutar o pulsar das ruas. O pulsar das ruas é o que esse povo está dizendo.

Não podemos aceitar que mulheres grávidas, como eu vi, tenham suas casas jogadas abaixo e sejam retiradas de dentro dos seus aposentos como bandidos e enxotadas como cachorros vira-latas, como aconteceu no Nova Jerusalém.

Muitos daqueles que foram removidos não acreditam mais em programas habitacionais. Não adianta falarmos que eles vão entrar nos programas habitacionais porque estão cansados de ver propagandas na TV e isso não se realizar na vida deles. Eles estão cansados de ver uma cidade bonita na televisão, mas cuja realidade é outra.

Quem sofre na pele, quem já passou na pele um despejo, Deputado Lira, sabe a dor que é sair da própria casa e não ter onde dormir. Eu falo isso porque na minha infância sofri o mesmo. Minha mãe foi despejada porque não tinha dinheiro para pagar o aluguel, e dou graças a uma amiga nossa, que morava em Taguatinga e nos deu abrigo. Eu, na época, estava com bronquite asmática, e minha mãe me levou até a casa dessa nossa amiga para que pudéssemos dormir. Muitos aqui também estão dormindo em lugares, em casas de amigos que abriram espaço para que eles não passassem ao relento.

Quero aqui pedir urgentemente – urgentemente! – que o Governo do Distrito Federal e a Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação – Deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Raimundo Ribeiro, V.Exa., como Líder, leve isso ao Secretário de Gestão do Território e Habitação – retomem imediatamente a execução dos programas habitacionais do Distrito Federal. Nós não podemos ficar só no discurso, não podemos ficar só na falácia, nós temos que sair do discurso à prática. Nós precisamos, sim, implantar uma nova política, que foi colocada na campanha eleitoral de 2014. Vamos sair do discurso e entrar na prática. A prática é ver esse povo na sua casa, colocando a sua família num lugar digno para morar, e não sendo enxotado como um cão vira-lata, como qualquer bandido. Eles têm que ser tratados como pessoas decentes.

Deputado Renato Andrade, faço coro a V.Exa.: grileiro tem que ser preso. Nós temos a melhor polícia civil do Brasil. Esses grileiros têm que ser presos, colocados atrás das grades. São pessoas que utilizam os sonhos de outras pessoas, dos menos favorecidos, para tentar ter os seus ganhos pessoais. Nós temos que prender grileiros, mas não podemos enxotar como cães vira-latas as pessoas mais carentes.

Peço imediatamente que esse povo, Deputada Liliane Roriz... Quero dizer que em vários governos já houve remoções. Nós tivemos remoções no Governo Arruda; pessoas saíram de um lugar e foram para outro, onde foram construídas casas emergenciais. Nós tivemos remoções na época em que o pai de V.Exa. foi governador desta cidade. Talvez na época ele tenha sido muito criticado, diziam que estava loteando Brasília, mas, se não fosse a coragem do seu pai, milhares e milhares de famílias hoje não teriam casa para morar. Não teriam um terreno...

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V. Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V. Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado, V.Exa. está tocando na questão do Condomínio Nova Jerusalém, um assunto presente já por várias semanas. A exemplo da comunidade do Sol Nascente, eles foram assentados por determinação do próprio povo, não foi através de uma política habitacional. Esta é a situação dos atuais ocupantes do Condomínio Nova Jerusalém.

A primeira leitura que nós temos que ter é: possivelmente muitos desses que foram para o Condomínio Nova Jerusalém são mais antigos em Brasília do que outros que se fixaram no Sol Nascente. Acho que precisamos ter claro o papel dos órgãos de assessoramento, para conhecimento e identificação das famílias, para saber se eventualmente a maneira como ocuparam as ruas não responde àquilo de que a comunidade necessita, mas, naturalmente, pelo diálogo, pelo entendimento.

Eu acompanho essa questão em Brasília há muitos anos. Em todos os governos há remoção, mas nós precisamos fazê-la com dignidade, com respeito, com alternativas. Quero compactuar com V.Exa.: eu não acredito nos programas de aluguel. Aluguel não resolve o problema. Isso é postergar. O que nós precisamos ter são órgãos previamente preparados para resolver a situação, caso aquela área, segundo o governo, tenha compromissos com o programa de infraestrutura em toda



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

a região. Se isso for verdade, que áreas alternativas existem para se acomodar a população?

A respeito dessa temática toda, creio que V. Exa., que deve ser da Comissão de Assuntos Fundiários, deveria capitanear, juntamente com os demais membros, um amplo debate. Parece-me que nós vamos ter aqui, nos próximos dias, a presença do Secretário de Habitação. O Secretário Thiago de Andrade virá à Câmara Legislativa. Não sei se é na sexta ou na segunda-feira, não estou bem certo quanto ao dia. Não sei se a Deputada Telma Rufino, Presidenta da comissão, se encontra, mas com certeza o Líder do Governo sabe nos dizer.

A partir de um debate do projeto que é o motivo da vinda dele, a revitalização do centro de Ceilândia, aqui está o nosso Líder de Governo... Aproveitar a presença dele e combinar uma discussão específica sobre esse tema que a Câmara está debatendo neste momento.

Então, como estou utilizando o seu horário, agradeço ricamente, Deputado Rodrigo Delmasso, sugiro que V.Exa. capitaneie esse debate dentro da Comissão de Assuntos Fundiários, aproveitando a vinda do secretário Thiago, para que uma nova solução possa ser dada a essa problemática. Muito obrigado.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Obrigado, Deputado Wasny de Roure, incorporo o discurso de V.Exa. ao meu discurso.

DEPUTADO JÚLIO CÉSAR – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JÚLIO CÉSAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Deputado Rodrigo Delmasso, só para me solidarizar também com o pessoal do Sol Nascente.

No último final de semana, estive juntamente com o Deputado Bispo Renato Andrade lá no Pôr do Sol. V.Exa. também mandou toda a sua equipe técnica, que esteve presente. Na oportunidade, nós nos colocamos à disposição de lutar por todos os moradores não só do Pôr do Sol, mas também de Nova Jerusalém e do Sol Nascente.

E aqui, quero me colocar à disposição para enfrentarmos juntos essa situação, porque realmente, eu que sou morador há pouco tempo em Brasília, as imagens que vimos nesses últimos dias são fortes e nos deixam muito chateados. Creio que vamos conseguir isso através de um diálogo com o nosso Governador Rodrigo Rollemberg, que sempre está disposto a ouvir as demandas.

Estaremos aqui para cobrar soluções para esse povo que não merece passar por aquilo que está sofrendo. Coloco-me à disposição para lutar juntamente com o V.Exa., com o nosso Líder de Governo, Deputado Raimundo Ribeiro, e com a Presidente desta Casa para que se resolva essa situação o mais rápido possível.

Obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Obrigado, Deputado Júlio César, incorporo o seu discurso ao meu discurso.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Sem revisão do orador.) – Obrigada, meu Líder. Quero aqui parabenizá-lo pela fala, pelas colocações. Eu me coloco solidária, também, como sempre fui, à comunidade e ao povo de Ceilândia.

Quero ressaltar algo que o senhor colocou e que Ceilândia está precisando muito: colocar muitos vagabundos na cadeia. Muitos bandidos vêm usando o povo para fazer o que tem feito, e principalmente usando crianças. Fazendo ações que não são de quem tem compreensão daquilo que realmente é cristianismo, aquilo que é ação social, aquilo que é respeito. Realmente, Ceilândia e a justiça e todas as forças... Eu clamo aqui junto a V.Exa. que vagabundo tem que ir para cadeia para não fazer mais, para não envergonhar aquela cidade, que é de um povo guerreiro, que é de um povo que madruga, que é de mulheres que lutam com muita dignidade para criar os seus filhos. Chega! Chega de tanta gente usando aquele povo inocente. Fazendo daquele povo bucha de canhão para os seus atos de bandidagem. Tirando realmente sonhos. Sonhos de morar bem.

Eu moro em Ceilândia há 40 anos e nunca vi tanto vagabundo invadindo a nossa cidade e se passando por gente de bem. Usando o nosso povo humilde, o nosso povo pobre que, muitas vezes, tem de vender um fogão para poder dar entrada num lote para morar. Mas a grande maioria usa, usurpa dos sonhos porque não tem responsabilidade e não sabe o que é viver sem uma moradia digna. Parabéns!

Realmente, a coisa que mais quero é ver o final desse sofrimento todo. Ninguém mais do que eu tem sofrido com isso. Ninguém mais do que eu! Moro em Ceilândia há 40 anos e tenho orgulho de morar lá. Tenho orgulho do meu povo. Tenho orgulho das mulheres daquela cidade, das crianças que ali sofrem.

Eu estou enojada de tanto bandido fazendo uso do nosso povo e se fazendo de gente de bem. Temos que clamar por isso! Chega! Chega de gente transvestida de bem usar o povo pobre para fazer a sua trilha que não sei qual.

E aqui, plagiando um pouco a revolta e muitas vezes a fala do Deputado Dr. Michel, quando S.Exa. diz: "Trilhando nosso povo, achando que vão levá-los para o céu, mas esses bandidos vão todos é para o inferno". Chega! Chega! Chega de bandidagem! A maior parte na minha cidade é bandido. É bandido usando o povo.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Obrigado, Deputada Luzia de Paula. Quero incorporar o discurso de V.Exa. ao meu.

DEPUTADO RICARDO VALE – Permite-me V.Exa. um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Primeiro, quero parabenizar V.Exa., Deputado Rodrigo Delmasso, por trazer o tema dessa ação desastrosa que a Agefis, juntamente com outros órgãos do governo, fez lá com a comunidade do Sol Nascente.

Eu tenho falado aqui, eu acho que o Governo do Distrito Federal está nervoso. Vou repetir: tem de se ter calma em ações precipitadas como essa. Sem o cuidado devido... Trabalhadores, mães de famílias, jovens vivem em um lugar como esse. É preciso que o governo tenha tranquilidade, porque são seres humanos que estão ali, pessoas que precisam de uma moradia digna, eles têm direito igual a todos nós. Tenho falado aqui... Reitero ao Governador Rodrigo Rollemberg, um socialista, uma pessoa que conheço, pois já militei muito tempo com ele, já estivemos juntos em outras batalhas, sei que isso não parte dele. Não é possível ações como essas partirem dele. Tem de se ter o controle do governo.

Mais uma vez, parabenizo V.Exa. e digo que colocarei a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, da qual sou Presidente, para investigar essa ação, assim como vou propor uma audiência pública aqui. Porque, além de verificarmos toda a truculência, a forma como foi feita essa ação, precisamos impedir que isso se repita aqui no Distrito Federal. Não basta nos solidarizarmos, mas daqui a pouco haver outro, outro e outro. Sabemos que há gente oportunista, há grileiros nesta cidade, inclusive com braços dentro do governo – essa história é antiga e sabemos disso –, que se utilizam da boa-fé das pessoas e acabam deixando a população numa situação como essa. Como V.Exa. falou muito bem: “O Estado é omissos e, depois, sobra para os mais fracos”.

Então, solidarizo-me com essa população. Vou colocar a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar para que faça uma audiência sobre essa situação, como também vou propor à Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, Deputada Telma Rufino, que façamos uma discussão sobre toda essa questão fundiária aqui no Distrito Federal, para que casos lamentáveis como esse não se repitam na nossa cidade.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Obrigado, Deputado Ricardo Vale. Incorporo o discurso de V.Exa. ao meu.

Só para encerrar a minha fala, eu queria dar alguns exemplos, Deputado Ricardo Vale, de algumas remoções que deram certo. Podemos ver a própria Ceilândia, que começou, na época, como uma comissão de erradicação de invasões, o que deu origem ao nome Ceilândia. Pudemos ver que no Governo Arruda os moradores em situação de risco no Varjão tiveram uma remoção digna. No Governo Agnelo, Deputado Chico Vigilante, no qual V.Exa. foi Líder do PT e Líder de Governo, a remoção dos moradores que estavam em uma área de proteção permanente em volta do Parque Nacional, ali na Estrutural, também tiveram uma remoção digna.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Hoje, essas trezentas famílias, não sei se vocês sabem disso, estão morando em lugares dignos. Foram feitas remoções dignas.

Eu acredito no seguinte: se houve invasão ilegal, precisa haver a remoção, mas a remoção precisa ser digna. A pessoa precisa sair da sua casa ilegal e entrar na sua casa legal. Ela precisa sair do lugar em que está na ilegalidade e ser colocada em um lugar legal.

Mais uma vez eu quero aqui, Deputada Liliane Roriz, dizer que nós temos no Distrito Federal exemplos de remoções que deram certo. Nós não podemos fazer do Estado a execução do manual de Maquiavel, o Príncipe: que se comece fazendo a maldade e depois se coloquem as bondades.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (Bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, boa tarde a todos, colegas, todos os presentes; o que me traz à tribuna hoje é uma discussão importante que nossa cidade precisa fazer sobre os Centros Interescolares de Língua. Quando nós falamos de...

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Obstrução é à votação, não aos discursos. Eu gostaria que vocês me dessem licença para eu trazer um tema importante para os estudantes da cidade. Sou solidário à causa dos senhores, mas essa é a Casa da liberdade para que cada Deputado fale. Eu represento milhares de eleitores que me deram o direito de usar a tribuna.

Os Centros Interescolares de Línguas são patrimônio da cidade de Brasília. Nós provavelmente somos a única Unidade da Federação que possui centros interescolares de línguas. Hoje as vagas desses cursos de idiomas são apenas para os estudantes da rede pública de ensino. E acontece um fenômeno muito preocupante. No primeiro semestre de estudo de um idioma, as turmas do CIL estão cheias, mas, a partir de avanço do curso, os alunos vão deixando as salas de aula. Quando o estudante chega no nível intermediário, a turma dele tem metade dos colegas que tinha quando ele estava no primeiro semestre do estudo de inglês, francês ou espanhol. Isso é preocupante, porque o salário daquele professor e o método usado é adequado para que ele ensine cerca de vinte estudantes, mas as turmas têm dez, doze, algumas seis estudantes. Isso é muito ruim para nossa cidade.

Há algum tempo era possível que pessoas da comunidade que não estivessem matriculadas nas escolas públicas pudessem fazer os cursos de idioma. Eu me formei no CILT – Centro Interescolar de Línguas de Taguatinga – em francês,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

e eu era da comunidade. Eu entrei por sorteio. E eu me formar mudou a minha vida, porque depois eu aprendi também a falar inglês. Para mim, aquilo foi essencial, porque eu era um jovem que morava na Samambaia, e o simples fato de estudar francês em Taguatinga abriu os meus horizontes. A primeira vez que eu ouvi falar da UnB foi numa aula de francês no CILT. Naqueles tempos, eu nem sonhava com universidade.

Os Centros Interescolares de Línguas precisam de uma atenção especial do Governo, e nós precisamos mudar a legislação para que em todos os semestres haja uma prova de nivelamento aberta à comunidade para que todos possam concorrer a uma vaga de idiomas. A diferença que uma língua estrangeira faz na vida de uma pessoa é fundamental. Hoje, Deputado Prof. Reginaldo Veras, o estudante entra no CIL no sexto ou no sétimo ano do ensino fundamental. Ele começa a estudar idioma com grande interesse. Acontece que, quando ele chega aos quatorze, quinze anos, outros interesses começam a se somar, e a evasão dos CILs é muito alta. Muita gente que começou a estudar e saiu por algum motivo não consegue voltar. Isso para mim é desperdício de dinheiro público, porque aquelas vagas são ociosas. Aquelas vagas deveriam servir à comunidade.

Eu tenho essa proposta de que a gente reabra a prova de nivelamento para os CILs a fim de que receba a comunidade porque, muitas vezes, aquele jovem que já passou do ensino médio vai aproveitar melhor aquele espaço porque ele sabe o que quer, e há uma pressão da comunidade escolar em favor disso.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Prof. Israel, eu gostaria de cumprimentar V.Exa. Este é um tema extremamente rico, um tema bastante presente pela importância que os centros de línguas vêm adquirindo. Inclusive, houve, na gestão anterior, a reconstrução do Centro de Línguas de Taguatinga, foi um belo presente para todos.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Foi lá que eu estudei, Deputado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Pois é, uma bela estrutura dedicada ao conhecimento de línguas estrangeiras. Houve também, no final de ano, a criação de três novos centros: o de Santa Maria, o do Recanto das Emas e o de Planaltina. Foi uma vitória enorme para aqueles que se dedicam às línguas estrangeiras, para os estudantes e para a comunidade.

O debate que V.Exa. vem trazer a nós é sobre um centro de línguas fechado exclusivamente para os alunos da rede pública ou uma estrutura que também estaria aberta à comunidade. Eu quero dizer a V.Exa. que, sobre esse tema, nós temos a previsão de fazer um amplo debate na Comissão de Educação, Saúde e Cultura. Eu já cheguei a apresentar um requerimento dessa natureza até mesmo porque precisa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

ser analisado diante da proposta do Plano Distrital de Educação, cujo encaminhamento já está bem avançado para a própria Câmara.

Então, acho que, diante de toda essa riqueza, seria muito interessante esse aprofundamento numa discussão com aqueles que estão no processo decisório. Há um pleito porque esses novos centros que foram criados não têm estrutura nenhuma. É precária a estrutura, muito precária. Inclusive, entraram com solicitação à Mesa Diretora da Câmara no que diz respeito à disponibilização de computadores que a Casa não esteja usando para que possam ser canalizados para eles.

Enfim, eu quero parabenizar V.Exa., porque é um tema voltado à qualificação do estudante em Brasília. Parabéns, Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Deputado Prof. Israel. Esse tema, acredito, tenho muita fé que ele vai evoluir na Casa. É um tema que tem três padrinhos nesta Casa: eu, V.Exa. e o Deputado Wasny de Roure. É um tema de grande interesse da comunidade. Já me manifestei em outros momentos aqui no plenário defendendo essa tese. Inclusive, já até protocolamos projeto de lei que altera essa estrutura e tenta retomar aquilo que existia.

Eu sou um pouco mais velho que V.Exa., mas também sou oriundo do Centro Interescolar de Línguas, onde estudei espanhol por sete anos da minha vida, além de ter iniciado o inglês, mas infelizmente não continuei. E os CILs daquela época tinham uma qualidade acima da que têm hoje. Isso é relatado, inclusive, pelos profissionais que atuam nessas instituições. O que melhorava a qualidade? Qual era um dos elementos? A participação da comunidade junto com o aluno da rede pública. Essa troca de conhecimento, essa troca de experiência, adultos e jovens reunidos, aumentavam a qualidade, sem esquecer que esse estudante da comunidade não trazia custos adicionais ao Estado. Ao contrário, ele financiava o funcionamento dos CILs junto com o Estado pagando a antiga Associação de Pais e Mestres. Acredito que todo mundo aqui que tenha mais de trinta anos contribuiu para isso. Isso contribuía para a qualidade do ensino.

Eu sou dessa época. Toda a minha família estudou nos CILs. Meus sobrinhos também e filhos. Então, temos que resgatar essa qualidade. E estou aberto aqui para que apresentemos, inclusive, um projeto de lei conjunto para que tenha celeridade no andamento da Casa. Parabéns a V.Exa. por ter mais uma vez puxado esse assunto.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Deputado Prof. Reginaldo Veras, é uma história com Brasília. O ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa estudou



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

no CIL do Elefante Branco, várias personalidades da nossa cidade são egressas dos CILs. Esta Câmara tem filhos dos CILs.

Eu digo que foi uma mudança na minha vida. Vindo de uma família muito pobre, com problemas de moradia, eu não tinha a mínima perspectiva de entrar numa universidade. Nunca tinha ouvido falar da Universidade de Brasília, e o estudo de idiomas foi uma abertura de oportunidades na minha vida.

Nós fizemos no ano retrasado e no ano passado o programa Brasília Sem Fronteiras, que atendeu os estudantes dos CILs. Conseguimos mandar 2.400 estudantes para as melhores universidades do mundo. Oitenta e cinco por cento desses estudantes, que passaram por uma prova realizada pelo Cespe, nunca tinham voado, embora falassem inglês fluentemente, espanhol fluentemente, francês fluentemente, a ponto de passarem na prova. Eu me lembro da emoção de um dos estudantes do CIL de Brazlândia, ao dizer: “Eu nunca voei, e o primeiro voo que vou fazer é para Washington D.C. porque vou estudar na Universidade George Washington”. Isso foi gratificante.

O meu primeiro mandato, Deputado Wasny de Roure, valeria só pelo Brasília Sem Fronteiras. Eu me daria por satisfeito, porque foi uma intervenção contundente na vida de gente humilde que pôde entender que a única forma de progresso na vida é através da sala de aula, é através da escola. Não tem outro jeito de você se superar. Esse programa era maravilhoso. Então, nós precisamos retomar uma política de valorização dos centros interescolares. Esses centros são patrimônio de Brasília.

Por isso, minha proposta – eu gostaria de ter adesão, como recebi do Deputado Prof. Reginaldo Veras e do Deputado Wasny de Roure – é que anualmente se realize uma prova de nivelamento aberta à comunidade, depois que os alunos da escola pública tiverem ocupado suas devidas vagas. Ou seja, eles continuarão tendo prioridade, mas não mais fecharemos turma por falta de aluno. Hoje o que acontece, Deputado Prof. Reginaldo Veras, é que as turmas vão ficando pequenas. Então, eles juntam as turmas, mas isso não está certo porque aquela estrutura pode dar mais para a nossa cidade.

Não é só uma defesa da educação, é uma defesa da economia de Brasília. Nós estamos num mundo globalizado, conectado, e o pobre tem direito a ter muito mais do que tem hoje. Ele tem direito à moradia, ao seu trabalho, tem direito também a uma escola digna e ao estudo dos idiomas, que hoje é extremamente elitista no nosso País.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sra. Presidente. Muito obrigado. Espero que a gente possa discutir essa mudança na política dos CILs em Brasília.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Continuando os Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

Convido a Deputada Luzia de Paula a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sra. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 11ª Sessão Ordinária.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados presentes. Eu quis usar os Comunicados de Parlamentares hoje – acho importante fazer de forma clara e transparente – para deixar aqui, Deputada Liliane Roriz, uma mensagem: nós não apoiaremos nenhuma medida relativa à retirada de direitos de trabalhadores.

Creio que os 24 Deputados Distritais que estão nesta Casa sabem da legalidade da lei que foi aprovada pelas comissões desta Casa. Eu fazia parte da Comissão de Assuntos Sociais. Quero deixar bem claro que nós temos um lado, Deputado Chico Vigilante, e o lado é o servidor público do Distrito Federal.

Várias foram as negociações. Se o governo hoje não tem capacidade financeira para cumprir os acordos, acho que ele tem que trazer propostas. Essa é a defesa que fazemos, não o cancelamento nem a anulação das leis, porque entendemos que são direitos adquiridos. Como esse servidor vai devolver o dinheiro que recebeu? Qual será a votação de uma ADI dessa magnitude, Deputada Liliane Roriz, que alcança o número de carreiras?

Eu sou muito consciente. Apesar de todos nós gostarmos de aprovar projetos que são relativos ao servidor público, eu lembro que na época em que recebi os projetos, fiz um discurso desta tribuna, e fiz a seguinte pergunta, Deputado Raimundo Ribeiro: é muito bom dar aumento para servidor público; apenas gostaria de saber se o Estado tem os recursos para isso. A resposta que tivemos da Liderança



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

de Governo – na época a Deputada Arlete Sampaio – era que o Estado tinha. Parece que isso não se materializa, com verdade, neste novo governo.

Deputado Raimundo Ribeiro, há de se trazer propostas, encaminhamentos, mas não a nulidade das leis. Diga-se de exemplo, Deputada Liliane Roriz, que nós estávamos perdendo os médicos para as redes privadas, porque não tinham mais interesse de trabalhar na rede pública. Se não houvesse uma negociação para manter os médicos no serviço público, eles teriam ido para a rede privada. Foi em cima desse acordo e dessa negociação que nós conseguimos mantê-los na rede pública e ampliar o número de médicos. Entendemos que várias outras carreiras também, como a dos professores.

Quero deixar claro e explícito que como presidente deste Poder, um Poder independente, nós iremos acionar a Procuradoria da Casa, para que faça a devida defesa de todas as leis que foram votadas neste plenário. Uma defesa que é do Distrito Federal, do servidor público do Distrito Federal.

Até entendemos com compreensão, Deputado Raimundo Ribeiro, a profundidade da crise. Creio que o governo tem toda a condição de trazer esses números para nós com transparência, como está sendo proposto aqui. É isto que gostaríamos de fazer nesta tarde: propor a esta Casa que recebamos não só o governo para trazer os dados e dizer realmente se existem ou se não existem recursos, mas nós queremos também dialogar com a Justiça, com o Ministério Público, com o Executivo, porque somos nós o poder responsável por criar essa harmonia, esse diálogo. E nós temos uma posição clara: nós não aceitamos retroceder. A forma, o modo, o governo tem que buscar, mas nós não aceitaremos o retrocesso de direitos que foram adquiridos. Eu queria trazer isso nesta tarde com muita transparência. Esta Casa será o palco do diálogo. Eu quero falar, Deputado Raimundo Ribeiro, que nós contamos com V.Exa. na Liderança do Governo para buscar os mecanismos necessários para fazer essa articulação.

Há um grande temor. Eu me comprometi com o Deputado Chico Vigilante de abrir as portas desta Casa para que ela seja a interlocutora das soluções do Distrito Federal. Diga-se de passagem, já existem documentos sendo produzidos pelos Parlamentares daqui mesmo, e a gente louva esse trabalho feito pela Liderança do PT para nos ajudar realmente a dar argumentos jurídicos para uma ação que é jurídica. Há necessidade de um posicionamento claro desta Casa e esta Casa ficará do lado dos servidores públicos e do lado dos Deputados Distritais que defendem o serviço público. Então, esta Casa será o palco e o foro necessários para buscarmos a saída jurídica, política, e nós vamos nos empenhar. Tenho certeza de que faremos todos os esforços para que os direitos adquiridos não sejam perdidos. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, caros colegas, primeiramente, eu gostaria de me dirigir ao pessoal do Nova Jerusalém. Desde anteontem, eu e o Deputado Bispo Renato Andrade temos mantido um contato permanente para que o governo, em suas ações, no atacado, não cometa nenhum tipo de injustiça. Nós sabemos da história das ocupações muitas vezes irregulares aqui no Distrito Federal. Conheço bem essa história, até porque antes de ser Parlamentar fui Delegado do Patrimônio da União. Já naquela época, isso acontecia. Assiste razão ao Deputado Ricardo Vale, quando se referiu ao fato de que as coisas foram acontecendo e o Estado permaneceu sempre omissivo. Isso realmente é uma verdade. Eu me lembro de uma época, Deputada Liliane Roriz, em que os jornais tinham até colunas dizendo: “Vendo lote no Condomínio...”, quando todo mundo sabia que aquele condomínio era irregular. O jornal era utilizado para a venda de lotes naquele local. Enfim, essa situação existe e é um desafio a ser enfrentado por todos nós.

Não foi diferente o nascimento de lugares como o Sol Nascente e o Pôr do Sol. Quem não tem culpa nesse processo é a pessoa simples, a pessoa comum. Essa pessoa muitas vezes é enganada pela ganância daqueles que se autointitulam proprietários da terra, danam a vender e o Estado muitas vezes sabe disso, sabe que está acontecendo essa venda e não age no tempo que deveria agir. Isso não isenta o Estado da responsabilidade e aí surgem problemas dessa ordem. O que está motivando o governo a levar algumas benfeitorias para a região é a necessidade de desenvolvermos e os compromissos assumidos ao longo da campanha, mas nós temos que ser muito cuidadosos com as pessoas de bem, com as pessoas que têm direito à moradia. Esse direito não é apenas subjetivo, é um direito objetivo, estampado na Carta Política. Essas pessoas precisam ser preservadas. Dentro disso que eu combinei aqui com o Deputado Bispo Renato Andrade. Evidentemente, está aberto a todos os Parlamentares que queiram nos ajudar a construir uma solução: Deputada Luzia de Paula, Deputado Júlio César, Deputado Ricardo Vale, Deputado Professor Reginaldo Veras. Tão logo a gente conclua essa nossa sessão, nós gostaríamos de fazer uma sessão com vocês. Nós gostaríamos de ir até aí, para que possamos discutir o encaminhamento que devemos dar a essa questão. Ok?

Essa é a primeira questão. A segunda, que eu gostaria de colocar, Sra. Presidente, é com relação ao servidor público. Eu também sou servidor público há 41 anos. Atualmente estou aposentado da Advocacia Geral da União e sabemos que determinados direitos não podem, de forma alguma, ser subtraídos ou extirpados de uma hora para outra.

Não vi até agora, por parte do Governo do Distrito Federal, que eu, com muito orgulho até represento na Liderança do Governo, não vi nenhum ato no sentido de subtrair esses direitos de alguma forma. Não vi e não houve nenhum pronunciamento do Governo do Distrito Federal e de nenhum secretário que pudesse dizer: “olha, nós vamos simplesmente anular esse reajuste que foi concedido”. O que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

eu vi – e aí temos colocado sempre para as pessoas – é que existe uma Ação Direta de Inconstitucionalidade intentada pelo Ministério Público, que é um órgão autônomo. O Judiciário já se manifestou em um primeiro momento com o indeferimento do pedido de liminar que foi requerido.

Independentemente do que está ocorrendo dentro dos tribunais, do que possa ter motivado o Ministério Público – e nós sabemos que o Ministério Público age no estrito cumprimento daquilo que ele entende que é o estrito cumprimento da lei – , independentemente disso, a única vez que conversamos – e aí estávamos inclusive com a Deputada Celina Leão, nossa Presidente e com o Governador – foi no sentido de estimular e ampliar essa discussão, aliás, trazê-la para esta Casa. Como fruto disso, hoje, às 17h30min., na sala de reunião da Presidência, nós teremos a presença de um secretário de Estado para falar em nome do governo. Já sabemos que a busca é por uma solução que possa, além de garantir os direitos daqueles que já receberam, garantir também a continuidade do recebimento.

Então, eu creio que aí está o embrião, talvez, de um *fórum*, onde possamos ouvir todos os Parlates, todos os representantes da categoria dos servidores públicos e, em conjunto, possamos realmente encontrar a solução adequada para essa questão.

Não me parece que devamos aqui discutir a legalidade da lei. A lei realmente, no meu entendimento, é perfeitamente legal. O que nós temos que encontrar é o mecanismo para cumpri-la, esse é o imperativo, não apenas em razão do bom senso, mas é o imperativo também legal, ou seja, nenhum governante poderá descumprir a lei. Eu tenho a certeza de que o Governador Rodrigo Rollemberg pensa dessa forma, pensa efetivamente em cumprir o texto legal.

Quero parabenizar a Deputada Luzia de Paula e a Câmara Legislativa que não tem se furtado em cumprir a sua vocação histórica, porque a vocação desta Casa é: primeiro, ser aquela instituição que recebe as reivindicações da população. E segundo, com responsabilidade, apresentar soluções para os problemas que são apresentados.

Eu gostaria aqui de ratificar o convite para que todos os Parlamentares, tão logo a gente possa encerrar a sessão, possam participar dessa reunião inaugural que teremos com os servidores públicos, com os representantes dos servidores públicos hoje, às 17h30min, na sala de reuniões da Presidência desta Casa.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

Concedo a palavra ao Deputado Juarezão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, volto à tribuna e quero, mais uma vez, falar a respeito das leis aprovadas aqui que reajustam os salários dos servidores públicos.

Acho muito importante o posicionamento do Deputado Raimundo Ribeiro, Líder do Governo na Casa, mas é fundamental, Deputado, que o Distrito Federal transforme o anseio desta Casa, que é pela legalidade do que nós aprovamos, no parecer a ser encaminhado ao Tribunal de Justiça.

Eu já defendi junto à Presidenta Deputada Celina Leão que é importante também a Câmara Legislativa, além do parecer robusto que será feito na defesa da legalidade, conversar com o Tribunal. Afinal de contas, somos um poder. Há o Poder Executivo, o Poder Judiciário e o Poder Legislativo, independentes e harmônicos entre si.

É fundamental o entendimento que a Câmara Legislativa tem com o Tribunal de Justiça. Não estamos pedindo nenhum absurdo. Não estamos pedindo nenhuma ilegalidade. Estamos pedindo que a legalidade seja preservada.

O Governo do Distrito Federal pintou aquela crise do tamanho de um elefante indiano, o maior elefante que existe. Eu sustentei desde o primeiro momento e estou vendo agora que o bicho não era feio do tanto que pintaram.

Eu fui informado agora por um jornalista que participou da entrevista coletiva que o Governador concedeu a imprensa há pouco no Palácio do Buriti que S.Exa. anunciou que todos os salários serão pagos no quinto dia útil, inclusive esquecendo o parcelamento, esquecendo também a ARO, o que é importante.

Portanto, nós sustentamos que havia dinheiro, que estava aumentando a arrecadação e que dava para pagar, e isso está comprovado agora. Acho importante que isso fique pontuado.

É importante também colocar que ninguém aqui está contra ninguém – não é, Sra. Presidenta, Deputada Celina Leão? –, está todo mundo a favor dos servidores para que eles possam prestar um bom serviço.

Eu não quero o insucesso do Governo Rodrigo Rollemberg. Vou até repetir o que eu falei uma vez para o Governador Arruda. Eu era Oposição e falei assim: “Arruda, administra bem o Distrito Federal, porque, no dia em que ganharmos, a gente quer encontrar o Distrito Federal arrumadinho para a gente governar”. Até porque a expectativa que tínhamos era de que, em 2014, ele ganharia as eleições novamente. Se não tivesse acontecido o desastre que aconteceu, ele teria ganho.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

Nós, enquanto Oposição, iríamos continuar Oposição, mas, um dia, ele não mais poderia concorrer, e iríamos disputar. O jogo democrático é isso. Tem de ser assim.

O Governador Rodrigo Rollemberg esteve conosco o tempo todo. Para que S.Exa. fosse eleito senador, eu fui um dos principais... Sem querer me arvorar como o tal, Deputado Ricardo Vale e Deputado Wasny de Roure, V.Exas., que também são do PT, sabem que eu fui o principal defensor de que S.Exa. fosse o candidato da nossa chapa, contra o apoio do Deputado Wasny de Roure. Vejam como é o mundo. Porque estávamos numa chapa forte para ganhar as eleições. O Deputado Wasny de Roure defendia o Magela, e eu falava: "Não, não pode ser uma chapa puro sangue". Não é isso?

Portanto, eu não quero o insucesso. Nós estamos aqui para ajudar no que for possível. Agora, não dá para ficar o tempo todo procurando mecanismos que não são corretos.

Nós da Câmara Legislativa temos recebido uma crítica muito grande. Qualquer dia, vou fazer um pronunciamento a respeito disso, porque eu, o Deputado Raimundo Ribeiro, a Deputada Celina Leão, todo mundo está sendo xingado da maneira mais torpe por algumas pessoas, porque mexemos no FAC. A primeira coisa que tem que ficar pontuada, objetiva e clara é que o FAC não é propriedade de ninguém. O FAC é de propriedade da sociedade do Distrito Federal. Portanto, não fiquem me acusando e acusando os demais de pegarmos dinheiro do FAC. Deputado Raimundo Ribeiro, eu estou é devendo ao banco. Estou no vermelho.

A atividade política anda tão mal vista, Deputado Ricardo Vale, que, quando dizem que os deputados pegaram dinheiro do FAC, eles pensam que colocamos dinheiro no bolso. Não é isso? O cidadão que está lá fora pensa que botamos no bolso: "Mais uma cambada aí." Inclusive, uma coisa não tem nada a ver com a outra, mas eu ouvi, quando falaram dos gastos da Câmara, um deputado federal do partido de V.Exa. dizer: "A Câmara tem dinheiro demais. Eles gastam demais." Só que ele foi deputado distrital. Por que, na época, ele não abriu mão? Ele teve oportunidade de dar exemplo, mas não deu. É fácil depois jogar pedra neste poder aqui. E, no que depender de mim, Deputada Celina Leão, a Câmara Legislativa não vai virar a Geni do Distrito Federal. Nós somos um poder. Este poder é independente e tem que ser respeitado. Tem harmonia com o Executivo? Tem. Vamos votar o que for necessário do Executivo? Vamos. Nós não somos Oposição à Brasília, somos Oposição ao Governador Rollemberg. É diferente. Eu já disse para a Deputada Celina Leão, que ligou-me mais cedo, e falei há pouco para o Deputado Raimundo Ribeiro que nós vamos votar o refinanciamento. Nós só queremos o projeto para analisá-lo antes e vermos em que pode ser melhorado. É assim que fazemos.

Queremos que, até segunda-feira, a Procuradoria do Distrito Federal apresente relatório do que ela vai fazer quanto à defesa dos servidores, para ficarmos mais confortáveis para votar. Estão aqui o Deputado Wasny de Roure, o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

Deputado Ricardo Vale e o Deputado Chico Leite, que estava comigo numa das últimas reuniões em que o Governador Rodrigo Rollemberg fez antes de tomar posse. Eu disse para S.Exa., Deputado Raimundo Ribeiro – e S.Exa. já deve ter dito a V.Exa. – que nós, enquanto Oposição, íamos ser mais importantes para ajudar S.Exa. do que uma parte da sua base. Falei que seríamos a oposição mais barata que existe. Não estou falando de dinheiro, estou falando de cargos, de coisas que nós não temos.

Para concluir, quero dizer aos moradores do Nova Jerusalém que, no que depender de mim, Deputado Raimundo Ribeiro... Eu acho que tem que ser uma posição desta Casa, e a Polícia do Distrito Federal tem competência... Nós temos que colocar grileiro na cadeia. Agora, remoção é diferente de espezinhar. Antes da remoção, você faz um cadastro, verifica efetivamente as pessoas que não têm moradia, que não tiveram e as leva para um lugar. Foi sempre assim. E é isto que esses moradores estão pedindo: para serem tratados com dignidade e com respeito. Onde estão os direitos humanos? (Palmas.) Muitas vezes a gente se importa com a preservação do mico-leão-dourado – é importante preservá-lo –, com o cachorrinho que está na rua e que quebrou uma perna, Deputado Ricardo Vale, mas não se importa com a criança que fica ao relento.

Esses moradores aqui não estão precisando de aluguel social. Quem quer, Deputado Raimundo Ribeiro, aluguel social são aqueles que participam da indústria de invasões. Quem quer moradia não quer aluguel social, quer ser tratado com dignidade, ou seja, quer ter a certeza de que vai ter um cantinho para morar. (Palmas.)

Estou falando isso – já falei demais. O Deputado Wasny de Roure já está me olhando, porque precisa falar também –, porque, quando cheguei aqui, em 1977, do interior do Maranhão, Deputado Reginaldo Veras, fomos morar eu, um pedreiro, um cobrador de ônibus e um gari em um barraco, na Ceilândia. Não tínhamos fogão porque não cabia. Sei o que é entrar naqueles banheiros que faziam antigamente, em que se tinha de pedir licença às moscas para poder entrar. Eu vivi isso, sei o que é isso e sei a felicidade que eu e minha mulher sentimos no dia em que passamos a ocupar um lugar nosso. Até hoje não me mudei daquele lugar e não vou sair nunca. É o único domicílio que tenho, nunca saí de lá nem vou sair! (Palmas.)

Portanto, mais uma vez, a minha solidariedade a vocês. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu gostaria de saudar os moradores do Condomínio Nova Jerusalém. Somos sensíveis à causa de vocês. Eu, pessoalmente, já tomei a frente contra derrubadas. Acho que a moradia é, como disse o Deputado Chico Vigilante, o nosso começo. A nossa identidade começa pela moradia. Podem contar com esta Presidência na busca dessa moradia. O que pudermos fazer para apoiá-los, nós faremos. Sou mulher, estou vendo várias crianças aí e, apesar da informação de que não houve violência hoje, acho que a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

maior violência é ficar sem casa. Entendemos isso, esta Presidência e a Liderança do Governo que aqui está. Peço, portanto, ao nosso Líder de Governo que encaminhe a matéria, para que essas pessoas tenham dignidade e acesso à moradia. Muito obrigada. (Palmas.)

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, parece que o Deputado Wasny de Roure já estava inscrito. Falarei logo após S.Exa., até por uma questão de ordem, não é? Os mais novos falam primeiro.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Deputado, estou inscrito desde o início da sessão, com todo respeito aos senhores. Não sou mais Líder. Sei entender a minha posição, mas não posso deixar de utilizar este precioso tempo.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar os moradores do Condomínio Nova Jerusalém. Já me pronunciei no momento em que o Deputado Rodrigo Delmasso falou, sobre o meu entendimento da matéria. Quero, portanto, colocar-me à disposição nessa luta, como os outros colegas Deputados.

Eu gostaria, Deputado Raimundo Ribeiro – preciso que V.Exa. me ouça –, de fazer um apelo, para que seja solicitada ao governador a retirada do Projeto de Lei nº 182, de 2015, de autoria desta Casa, já encaminhado, que trata da reestruturação das administrações. Eu até, em um primeiro momento, quando o Rodrigo Rollemberg anunciou que faria uma economia drástica em matéria de pessoal, sobretudo nas administrações, aplaudi, porque, de fato, há um inchaço e uma licenciosidade de gestão dos recursos públicos nas administrações. Entretanto, a proposta, Deputado Prof. Reginaldo Veras, contida nesse Projeto de Lei nº 182, não traz redução dos gastos. Isso é colocado de maneira explícita. Ele apenas acomoda, Deputado Raimundo Ribeiro, a administração daqui, dali e se junta.

É extremamente importante que o governador tenha claro que as administrações representam não apenas a estrutura administrativa para fazer o enfrentamento dos problemas locais, mas o anseio de uma população naquela localidade.

Quem, por exemplo – é importante registrar isto, Deputado Raimundo Ribeiro –, já percorreu, nesta Casa... representantes – só do que eu sei – do Varjão. Hoje eu e outros Deputados recebemos representantes do Jardim Botânico, da Candangolândia e do Núcleo Bandeirante também repudiando essa proposta.

Por incrível que pareça, Deputado Raimundo Ribeiro, essa lógica de Brasília, às vezes, nós não conseguimos entender. A Candangolândia é próxima do Núcleo Bandeirante, que todo mundo conhece, mas são lógicas e espaços urbanos inteiramente diferentes. Aquelas comunidades não entendem e não aceitam ter as



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

suas administrações fundidas. O que tem a ver o Park Way com a Candangolândia? O que tem a ver o Park Way com o Núcleo Bandeirante? Absolutamente nada. Portanto, essa lógica não funciona.

A lógica de a Administração do Lago Norte acomodar a Administração do Varjão... É claro que a população do Varjão tem uma leitura diminuída, porque lógica da Administração do Lago Norte é a lógica de uma população de classe média. A lógica da população do Varjão é a lógica de uma população excluída, forjada no tempo, a exemplo dos moradores da Nova Jerusalém, que forjaram, na sua história, o direito de ter fixado... Diga-se, de passagem, que o segundo projeto protocolado na história desta Casa foi de minha autoria: o de fixação do Varjão.

“Sra. Presidenta e Sr. Líder de Governo, nós da Associação de Moradores do Jardim Botânico III confiamos nos Deputados e em suas equipes, de forma que os interesses de todos possam ser atingidos... (inaudível) de gerir nossa comunidade, através de uma administração própria e do novo governo, com uma política de austeridade econômica.

Porém concluímos que o Projeto de Lei nº 182, de 2015, não tem esse propósito. Pelo contrário. Em caso de aprovação da extinção da nossa RA, seremos usurpados de um direito adquirido a duras custas por nossa comunidade.”

Essa aqui é uma administração de novas áreas. É o Tororó, é o Jardim Botânico etc.

Então, Deputado Reginaldo Veras, isso não obedece apenas a uma lógica administrativa. Eu, às vezes, não consigo entender, Deputada Luzia de Paula, como a Administração de Ceilândia alcança aquela magnitude. Hoje me parece próximo aí de 550 mil habitantes, que vai da Ceilândia Sul ao Sol Nascente, etc.

Então, Deputado Raimundo Ribeiro, quero encerrar minhas palavras lembrando aos colegas que conhecem: o Recanto das Emas acomoda na sua estrutura administrativa o Setor Habitacional Água Quente, que tem por volta de 30 mil habitantes. Posso errar aqui no número, Deputado Raimundo Ribeiro, mas a população do Setor Habitacional Água Quente não tem nada a ver com o Recanto. Um dos grandes anseios deles é a construção e a viabilização da sua administração regional. E aqui eu entendo por que a população da Fercal veio. Eu conheço a Fercal porque, quando moleque, eu ia passar as férias na casa de uma tia que morava ali onde havia a britadeira, a Tia Elde e o Tio Benedito. Eles moravam ali e eu ia ali tomar banho no rio e passar às vezes alguns dias nas minhas férias, quando moleque. Eu conhecia o Córrego da Fercal e usufruí dele quando ainda limpo era.

É um anseio histórico, sabe por quê? Na Fercal existem pessoas que moram num morro que não há carro que acesse, há inúmeras dificuldades e uma realidade histórica. O pessoal, por exemplo, que se acomoda na Rua do Mato, uma localidade que tem uma rua só, onde existe uma capela, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que já existia antes de Brasília existir. Como é que de repente eles vão querer perder



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

esse espaço tão pequeno, mas tão importante para a representação da identidade deles? Portanto, esse projeto fere algo maior, que é a identidade de uma população. Hoje, a identidade do Gama, por mais perto que seja de Santa Maria, não tem nada a ver com cidade, não têm nada a ver uma com a outra.

Acho que este projeto tentou construir uma lógica de economicidade, mas o próprio projeto escrito textualmente não reduz nada, não vejo sentido nesse projeto. Eu creio que o Governador Rollemberg terá que corrigir algumas coisas, creio que essas consolidações como a Administração do Varjão e a do Jardim Botânico estão construindo a identidade de uma população que não apenas é feita de cabos eleitorais de Deputado. Nesse ponto, ele até deu uma lição a todos nós. Apenas poucos tiveram a oportunidade de indicar, a grande maioria, inclusive nós, não vai ter direito de indicar porque estamos na Oposição, mas é outra lógica.

Portanto eu faço aqui um apelo ao Sr. Governador: retire esse projeto, ajude a construir essa autoestima da população, essa autoestima de que, quando se fala de Planaltina, nós estamos falando de um período de antes de Brasília existir. Capela de São Sebastião e uma série de coisas. A única coisa que eu tenho, Deputada Celina Leão, é esta tribuna, e quero utilizá-la bem. Portanto, faço aqui um apelo, Deputado Prof. Reginaldo Veras, a V.Exa., que está na Base de um partido que apoia o Governador Rollemberg, que faça um apelo em nome do PDT para que retirem esse projeto para que Brasília possa dormir com mais tranquilidade.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu ouvi atentamente, Deputado Wasny de Roure, e não preciso que seja formalizado para que V. Exa. seja meu líder. Continua sendo. Primeiro, quero colocar a questão do Projeto de Lei nº 182, de 2015, que fala da reestruturação das administrações regionais. Com muita sabedoria, parece-me, já foi até convocada uma comissão geral para que nós possamos discutir, então acho que, se o projeto, na sua estrutura, não puder ser aproveitado na sua totalidade, pelo menos ele já tem essa virtude de provocar na casa própria, que é a nossa Casa, a Câmara Legislativa, a discussão sobre isso.

Apenas a título de esclarecimento, eu ouvi – e, naquele momento, eu não tinha ainda a resposta – sobre o corte de cargos comissionados. Na verdade, quando se fala apenas no remanejamento e não se fala em redução dos cargos comissionados, é porque esse corte dos cargos comissionados já aconteceu no início, no mês de janeiro. Aí, o que veio foi exatamente a estrutura com os cortes já incorporados. Então, foi nesse sentido. Se V.Exa. me permite, eu gostaria de ponderar que, em vez de sugerirmos ao governo a retirada, apressássemos a realização de comissão geral e, se for o caso, algumas audiências, para que esta



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

Casa possa discutir com a sociedade discutir esse projeto na sua inteireza. Essa é a nossa intervenção com relação a essa questão.

Com relação ao que o Deputado Chico Vigilante anunciou, nós até brincamos aqui, viu Deputado, que você é o Vice-Líder do Governo. Você está anunciando as medidas boas. Claro que aqui estamos falando de forma jocosa, é uma brincadeira. Hoje, numa entrevista coletiva, o Governador Rodrigo Rollemberg pôde anunciar que, neste mês de fevereiro, já no segundo mês da nossa gestão, não será necessário utilizar aquele parcelamento de salários que foi utilizado no mês de janeiro com relação a 13% dos servidores, porque, às vezes, são exatamente aqueles servidores que têm uma remuneração maior – e isso não é pecado nenhum. Na verdade, é que nós, naquele mês de janeiro, não tínhamos condições de efetuar o pagamento integral da folha. Então, foi necessário se fazer aquele parcelamento que atingiu 13% dos servidores, mas, neste mês, já não ocorrerá esta necessidade.

E nós temos que homenagear a Câmara Legislativa pelo espírito de colaboração e pela responsabilidade social que esta Casa teve e tem com a coisa pública. Aí, eu quero mais uma vez, realçar, Deputada Celina Leão, a maturidade que esta Casa tem demonstrado, porque, para aqueles que não se lembram, apesar de ter sido num passado bem recente, na sexta-feira, em primeiro lugar, nós fizemos algo incomum, que foi uma sessão extraordinária. Em segundo lugar, o projeto do governo mereceu um substitutivo feito a 22 mãos. Os Parlamentares é que, na verdade, fizeram o projeto, e conseguimos aprová-lo por unanimidade dos presentes – apenas dois ausentes por problemas de ordem médica. Nós conseguimos arrumar os recursos necessários para que pudéssemos fazer o pagamento integral da folha de pagamento agora no próximo dia 6.

Isso não significa que nós estamos com a situação equilibrada. Ainda não estamos. Tanto assim que os técnicos da Fazenda já estão trabalhando para pensar e produzir alguma forma de honrarmos a folha de pagamento de abril. Será paga no dia 5 de abril. Então, essa preocupação existe.

Eu gostaria, Sra. Presidente, de finalizar falando mais uma vez sobre essa questão habitacional. Todos nós sabemos que, ao contrário de outros povos, o povo brasileiro tem como primeiro grande sonho adquirir a casa própria. Isso demonstra suas razões: a questão da estabilidade familiar, uma série outras questões. O Deputado Chico Vigilante deu aqui o seu depoimento pessoal, inclusive, de, tendo chegado do Maranhão – para quem não sabe, o Maranhão fica perto de um grande estado, que é o Piauí; então, nosso vizinho –, aqui conseguiu adquirir sua casa, onde vive até hoje com sua família. Esse grande sonho foi realizado, e muitos outros sonham com isso.

Eu não poderia deixar passar despercebida uma situação interessante. Aqui em Brasília temos uma pessoa que foi governador por quatro vezes, se não me engano, o governador Joaquim Roriz. Na verdade, foi ele quem primeiro



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

demonstrou, como governante dessa cidade, essa preocupação que todos temos com relação à questão da moradia. Eu tenho dito sempre que, apesar de não termos uma vinculação partidária com o governador Joaquim Roriz, não posso deixar de registrar que ninguém conseguirá escrever a história de Brasília, ninguém conseguirá escrever a história da política do Distrito Federal e, com muito mais razão, ninguém conseguirá escrever a história da política habitacional do Distrito Federal se não citar diversas, inúmeras vezes o nome do ex-governador Joaquim Domingos Roriz.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu só gostaria de pedir licença para me retirar, porque temos uma reunião daqui a pouco com os servidores públicos. Antes disso, eu, o Deputado Bispo Renato Andrade e alguns Parlamentares vamos lá em cima conversar com o pessoal do Nova Jerusalém.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Permissão concedida. Inclusive, todos os Deputados que quiserem participar da reunião com o representante do governo sobre a ADIn, que será na sala da Presidência, estão convidados.

Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, dirijo-me a esta Casa hoje com uma certa indignação. Gostaria que os senhores colegas pudessem não se ausentar nesse momento para escutar o que eu tenho a falar agora.

Antes, porém, quero prestar a minha solidariedade aos nossos irmãos do Sol Nascente. Sou da área da habitação e defendo a habitação popular, os programas habitacionais. Acredito que os grileiros e alguns servidores que fazem mal uso do poder que têm e são coniventes com os grileiros, esses, sim, é que deveriam estar na cadeia.

A minha menção hoje, Sra. Presidente, Srs. Deputados, é referente à indicação que protocolei ontem nesta Casa sobre a guarda distrital, através de projeto de lei a ser encaminhado a esta Casa. Ao sugerir a criação da guarda



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

distrital, em momento algum eu me referi contra ou a favor de empresa a ou b, muito menos a acabar com a profissão de vigilante.

A minha intenção não é criar nenhum mal-estar entre os colegas, mas fui duramente criticado, de maneira leviana, pelo Deputado Rafael Prudente, que, de maneira não pensada, fez várias afirmações não verdadeiras. Primeiro equívoco: S.Exa. afirma que apresentei projeto de lei, quando, na verdade, foi apenas uma indicação para o Governador. Segundo equívoco, afirmar que eu estou propondo a criação da polícia distrital, quando, na verdade, eu estou propondo a guarda distrital para poder cuidar pelos menos dos principais prédios públicos do Distrito Federal. Terceiro equívoco: afirmar que eu quero acabar com a profissão de vigilante, quando, na verdade, estou sugerindo ao Poder Público dignidade e estabilidade aos milhares de profissionais do setor que seriam incorporados, de certa forma, ao serviço público, para poder cuidar dos prédios públicos. Quarto equívoco: afirmar que eu quero acabar com a segurança nos bancos e nas empresas. Quinto equívoco: convocar os vigilantes contra esse meu projeto, quando, na verdade, não é projeto.

Outro equívoco é pedir o arquivamento dessa indicação sem antes haver um amplo debate para saber qual é o custo desse setor para os cofres públicos. Estamos vivendo um momento de crise financeira. Quanto custa um vigilante para o Governo do Distrito Federal, para quem paga os impostos? A guarda distrital, de certa forma, vai trazer economia aos cofres públicos.

Não fui eleito para defender interesses corporativos de empresas ou de quem quer que seja. Eu fui eleito para defender a população de São Sebastião e a população do Distrito Federal em geral. Quando eu propus essa indicação foi tão somente pensando nas economias do Estado, para poder proporcionar melhores condições aos trabalhadores que estão sem receber os salários, passando por dificuldades. Foi tão somente pensando no bem-estar dos próprios servidores que trabalham nessas empresas e que são vulneráveis a serem demitidos a qualquer momento. Na guarda distrital, não haveria esse problema, porque passariam a ser servidores do Estado, estariam prestando serviço ao Estado. Com certeza, isso iria trazer economia.

Não estou aqui para polemizar contra a ou b, até porque não ataquei ninguém nas redes sociais. Apenas apresentei a indicação. Cabe à sociedade agora debater o certo e o errado. Chamo a atenção dos Srs. Deputados para que realmente debatam com dignidade, seriedade, a questão da guarda distrital. Todos os estados têm a sua guarda municipal, a sua guarda estadual. Por que o Distrito Federal não pode ter a sua guarda distrital?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não estou aqui, como disse, para criar problemas com ninguém, mas é importante que a imprensa possa ver quem está com a razão, apurar onde está a verdade das coisas. Em momento algum, eu acusei ninguém. Pelo contrário, eu sou solidário aos vigilantes, à classe trabalhadora,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

e jamais iria fazer qualquer coisa que pudesse prejudicá-la. Em momento algum, eu propus acabar com as empresas de vigilância aqui no Distrito Federal. Muito pelo contrário, nós vivemos numa democracia, com lei de mercado, lei da oferta e da procura. Que cada segmento possa sobreviver de acordo com sua capacidade, com a sua competência, com o que tem de melhor para defender o Distrito Federal.

Essa é a minha proposta para o Governo do Distrito Federal: que realmente envie a esta Casa projeto de lei nesse sentido, para que a gente possa discutir com a sociedade a questão da guarda distrital. Temos parques abandonados sendo invadidos o tempo todo, assim como prédios públicos. É claro que a guarda distrital seria restrita para alguns órgãos públicos. Para que fosse para todos, de uma forma geral, é preciso debater, discutir o problema. Temos escolas sendo agredidas o tempo todo; crianças, na beira das escolas, sendo aliciadas por traficantes; temos gangues o tempo todo na porta de escolas. Brigas e tudo mais, na internet é o que mais se vê. No entanto, percebe-se que a Polícia Militar, por mais boa vontade que tenha, não tem condições de cobrir a segurança pública como um todo. Então, vamos tirar a Polícia Militar das escolas e colocá-la nas ruas para cuidar da segurança pública como um todo, para que possa cuidar do cidadão como um todo. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Júlio César. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu estava fora, peguei só um pedaço das palavras do Deputado Lira.

Eu acho que ninguém aqui foi eleito para trabalhar pelo bem próprio. Quando nós defendemos ontem aqui – não só eu, como os Deputados Wellington Luiz, Cristiano Araújo e Dr. Michel, que são inerentes da área de segurança pública – a categoria de vigilantes, não foi só pela categoria, nem empresa a, b, c ou d, estávamos defendendo em torno de 20 mil trabalhadores que, se essa indicação for adiante, vão ficar sem seus empregos. E não é isso que queremos.

Sobre a questão da terceirização, ela é irreversível em todo o mundo. Quando você terceiriza um determinado setor ou segmento, ou uma área do governo, é para dar mais eficiência e, assim, o servidor pode exercer sua atividade fim. Tenho certeza que o ideal não é manter um servidor público na porta de uma escola para ficar vigiando. Como, por exemplo, um policial para abrir e fechar portão, essa não é a atividade fim dele, guardar o patrimônio. Isso pode ser terceirizado. É isso que vem acontecendo em todo o mundo: o servidor público cuida da atividade fim. O que não for atividade fim do Estado que seja terceirizado, seja na área de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

limpeza, seja na área de vigilância, seja na área de portaria, seja na área de recepção.

Essas palavras eram só para deixar esse posicionamento, que não é um posicionamento meu, é um posicionamento de todo um segmento, de uma categoria que tem mais de 20 mil profissionais hoje no mercado. Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, Sra. Presidente. Trago de forma bem objetiva, como de costume, quatro temas a esta tribuna hoje.

Primeiro, quero aproveitar que o Deputado Wasny de Roure fez aqui uma defesa contundente, incondicional, ainda que eu não concorde, ao Projeto de Lei nº 182, de 2015, que trata da reestruturação das administrações regionais. Quero deixar claro que acho importante, sim, que haja uma reestruturação das administrações regionais, mas que o assunto precisa ser mais bem debatido e emendado aqui na Casa.

E, para fazer um melhor gerenciamento do serviço público, já apresentei uma emenda ao projeto e peço apoio aos Srs. Parlamentares para que essa emenda vá adiante e passe a fazer composição dessa lei. Logo a entregarei à Deputada Celina Leão e ao Deputado Rafael Prudente, que não receberam ainda esta emenda. Estou aqui fazendo um *lobby* para a aprovação dela.

A emenda basicamente determina que 70% dos cargos comissionados ou não comissionados nas administrações regionais sejam exercidos por pessoas concursadas. Primeiro objetivo: as administrações deixem de ser cabide de emprego e barganha eleitoral com o Poder Executivo por parte do Legislativo; segundo objetivo: cada vez que o administrador é trocado, trocam-se junto os cargos comissionados, interrompendo o serviço público essencial à população do Distrito Federal. Se o governo e esta Casa estão buscando moralização, essa é a oportunidade de fazermos e contribuirmos para isso. Por isso peço apoio a essa emenda ao projeto.

Segundo assunto, Sra. Presidente. Estive hoje no Hospital de Ceilândia fazendo uma visita informal, como Parlamentar, mas uma visita informal. Encontrei lá duas realidades. Escolhi o Hospital de Ceilândia porque é o local onde eu vivi a maior parte e conheço muito bem. A parte de neonatal, a parte de cirurgia... A parte básica do hospital está funcionando bem. Ele foi reformado... E foi reformado não graças ao dinheiro público, mas graças a um convênio com a Universidade Católica, que fez lá para que seus estudantes possam também usar aquele espaço. Está funcionando bonito, mas é insuficiente. É urgente que se construa o segundo Hospital Regional de Ceilândia, até porque 40% dos atendimentos – fiz lá um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

levantamento – são de pessoas do Entorno, do sudoeste de Minas Gerais e do oeste da Bahia. É o SUS – Sistema Único de Saúde que garante esse atendimento, e o Distrito Federal tem que se preparar. Para tanto, é urgente e necessária a construção do segundo Hospital Regional de Ceilândia.

Nesse mesmo hospital, eu disse que encontrei duas realidades: uma que funciona e a outra que é caótica, deprimente, você sai de lá deprimido! Tenho certeza de que essa não é uma situação exclusiva do Hospital de Ceilândia, é de todos os prontos-socorros do Distrito Federal. Lastimável!

Encontrei dois alunos – por onde ando tenho prazer de encontrar meus alunos –, e ambos estavam em busca de atendimento na ortopedia. Era meio-dia e meia e perguntei: “A que horas vocês chegaram?”. Responderam: “Às 7h30min.” Tente imaginar o que é uma pessoa com uma fratura, com uma lesão, ter que esperar de 7h30min a meio-dia e meia, e não havia previsão de quando seriam atendidos.

A saúde pública está na UTI. Isso já ocorre há décadas, e não vejo essa situação melhorar. Vou apresentar uma indicação também ao governador. Temos que pressionar, é a função desta Casa, é a função fiscalizadora. Eu, como Presidente da Comissão de Educação e Saúde, tenho obrigação dobrada em relação a isso.

O outro assunto que trago a esta tribuna, também relativo a questões sociais, é a respeito do BRT que liga o Gama e Santa Maria ao Plano Piloto. Essa é talvez uma das obras mais vergonhosas da história do Distrito Federal, tão vergonhosa quanto a EPTG. A EPTG talvez seja a maior aberração do Governo Arruda: paradas do lado errado que não funcionam, faixa exclusiva que não atende a demanda de ninguém. Mas esse assunto está superado. Já o BRT, que liga Santa Maria e Gama para cá, é a obra mais inútil já feita em Brasília nos últimos tempos, porque passa um ônibus a cada 15 minutos.

Hoje, recebi uma série de vídeos. Ia visitar, mas infelizmente já tinha uma visita marcada ao Hospital de Ceilândia e não pude ver o embarque dos passageiros no horário de pico. Mas as pessoas que se queixaram me mandaram vídeos. Nem gado, nem bicho é tratado como o ser humano é tratado no embarque. Não é possível que o DFTrans não consiga colocar dois funcionários ali para regular a entrada. Estive recentemente no Rio de Janeiro. No horário de pico, peguei o metrô e o trem lá. Fica lá um funcionário da companhia orientando a entrada, a coisa é relativamente organizada, apesar de o montante de passageiros ser infinitamente superior. E aqui não há um funcionário sequer do DFTrans para organizar a entrada dos passageiros no BRT. Aquilo é uma vergonha! O custo-benefício daquela obra talvez seja o maior crime aos cofres públicos do Distrito Federal. Se a EPTG é a maior aberração do Governo Arruda, o BRT é até agora a maior aberração do Governo Agnelo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 03 2015	15h30min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Convido a Deputada Liliane Roriz a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h09min.)